



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO
QUADRIÉNIO DE 2013/2017**

ATA NÚMERO SEIS

----- ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO, REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E CATORZE. -----

----- Aos vinte e seis dias do mês de Setembro de dois mil e catorze, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Vimioso, conforme ponto 1 do artigo 27º da lei número 75/2013 de 12 de Setembro. -----

----- Ponto Um) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto Um Ponto Um) – Apreciação e Votação da ata da sessão de vinte e cinco de Abril de dois mil e catorze. -----

----- Ponto Um Ponto Dois) – Leitura resumida do expediente. -----

----- Ponto um Ponto Três) – Período para intervenções. -----

----- Ponto Dois) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto Dois Ponto Um) - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à Atividade Municipal. -----

----- Ponto Dois Ponto Dois) – Apreciação e Votação da Análise Económico-financeira das Contas do Município de Vimioso reportada ao 1º Semestre – Junho de 2014. -----

----- Ponto Dois Ponto Três) – Apreciação e Votação das Taxas do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis. -----

----- Ponto Dois Ponto Quatro) – Apreciação e Votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem – Ano de 2015. -----

----- Ponto Dois Ponto Cinco) – Apreciação e Votação da “Lei da Finanças Locais – Artº.26 – Participação Variável no IRS – Ano de Rendimento de 2015. -----

----- Ponto Dois Ponto Seis) – Apreciação e Votação da Assunção de Compromissos Plurianuais – Autorização Prévia. -----

----- Ponto Dois Ponto Sete) – **Apreciação e Votação do Protocolo de Colaboração da Unidade Domiciliária de Cuidados Paliativos – Planalto Mirandês.** -----

----- Ponto Dois Ponto Oito) – **Apreciação e Votação da Autorização da Proposta para abertura do Procedimento Concursal e definição do Júri do Concurso – Chefe de Divisão Económico-social e Cultural.** -----

----- Ponto Dois Ponto Nove) – **Apreciação e Votação da Proposta de Renovação da Autorização de Procedimento Concursal – Recrutamento Excecional – Técnicos Superiores – Áreas de Informática e Arquitetura.** ---

----- Ponto Dois Ponto Dez) – **Apreciação e Votação de Abertura de Concurso para Recrutamento de Trabalhadores para Atividades de Enriquecimento Curricular AEC”S – Ratificação.** -----

----- Ponto Dois Ponto Onze) – **Outros Assuntos de interesse para o Município.** -----

----- Ponto Três) – **PERÌODO APÓS A ORDEM DO DIA.** -----

----- Pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dado início à sessão. O senhor segundo secretário verificou as presenças. Estiveram presentes os senhores membros da Assembleia Municipal: José Baptista Rodrigues, Jorge dos Santos Rodrigues Fernandes, José António Cerqueira da Costa Moreira, Serafim dos Santos Fernandes João, Carlos Manuel Ataíde Fernandes, Manuel Fernandes Oliveira, José Carlos Vaz Gonçalves, António Emílio Dias, Aníbal Alves do Rosário, José Manuel Granado Afonso, Manuel João Ratão Português, Maria Merênciã dos Reis Rodrigues Machado, André Fernandes Ramos, Sandra Manuela Carvalho Vila, José António Vara Freire, Luís Manuel Tomé Fernandes, José Manuel Miranda, Sérgio Augusto Pires, Daniel Tomé Ramos, Hélder Domingos Ramos Pais, Natalina Neves Pires, Carlos Manuel Pinto de Oliveira, José António Ramos Fernandes, Aníbal Augusto João Delgado e Paulo Sérgio Meirinho Martins. -----

----- Estiveram presentes de acordo com o ponto três do artigo quadragésimo oitavo da lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, o senhor Presidente da Câmara António Jorge Fidalgo Martins e os senhores Vereadores, Licínio Ramos Martins, Heleno da Costa Simões e Adriano Augusto Gonçalves Prada. -----

----- **Ponto Dois) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto Um Ponto Um) – Apreciação e Votação da ata da sessão de 25 de Abril de dois mil e catorze.** -----

----- Pelo Senhor Presidente da Assembleia foram referidas algumas correções a introduzir na ata. Colocada à votação, foi aprovada por maioria. Abstiveram-se os senhores membros da Assembleia José Carlos Vaz Gonçalves e Daniel Tomé Ramos que justificaram o seu voto por não terem estado presentes. -----

----- **Ponto Um Ponto Dois) – Leitura resumida do expediente.** -----

----- Pelo senhor segundo secretário foi dado conhecimento da correspondência recebida desde a última Assembleia. -----

----- **Ponto Um Ponto Três) – Período para intervenções.** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia. Disse:” Queria dar as boas vindas aos novos membros da Assembleia Municipal, Presidente da Junta de Freguesia de Carção, e ao senhor Paulo Martins que tudo corra bem e que consigam dar o seu contributo para que esta Assembleia funcione o melhor possível. -----

----- Usou da palavra o senhor membro da Assembleia José Manuel Granado. Disse:” Quero publicamente apresentar um voto de pesar e expressar as mais sentidas condolências ao senhor Presidente da Assembleia e amigo José Rodrigues pelo falecimento da sua irmã. Paz à sua alma”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:” Senhor Presidente como tem vindo a ser habitual quando são apresentados votos de pesar, eu proponha que se faça um minuto de silêncio. Fez-se um minuto de silêncio. -----

----- Usou da palavra o senhor membro da Assembleia Jorge Fernandes. Disse:” Quero, também, dar as boas vindas ao novo Presidente da Junta de Freguesia de Carção, e perguntar, se é que alguém me possa esclarecer, quais as razões pelas quais o presidente eleito, não sei se suspendeu o mandato, se se demitiu, se alguém me pode dar alguma informação. Mas, continuo a dizer que a Assembleia está bem representada no que toca a Carção. Salvo erro, na primeira Assembleia Municipal pedi um esclarecimento relativamente às terras, se já estavam apurados alguns elementos relativos a custos de funcionamento, nomeadamente com despesas correntes e até ao momento, esse assunto ainda não voltou a ser aqui referido. Atendendo ao facto de ter já

decorrido algum tempo desde a sua abertura, até ao momento possivelmente já têm esses elementos que nós ainda não temos. Saber também quantas pessoas neste momento lá trabalham, ao abrigo de que programa é que trabalham, saber também o número de visitantes que tem tido esse investimento. Penso que são elementos importantes para nós, que fazemos parte desta Assembleia, estarmos também dentro do assunto até porque, foi um investimento significativo que foi feito pela Câmara, e como pedi esse esclarecimento nessa primeira Assembleia, até hoje ainda não foi dado, gostaria de ser esclarecido". ----- Usou da palavra o senhor membro da Assembleia José Freire. Disse:" Também quero dar os parabéns àquele jovem (Presidente da Junta de Freguesia de Carção) por estar aqui, é sinal que no nosso concelho ainda há gente nova e se interessa pelo concelho. Quando há estas renovações, com gente mais nova, é sempre agradável pelo menos da minha parte constatar esses factos. Vou fazer aqui uma pequena intervenção porque hoje o país está a viver situações, e o nosso concelho deve dar o exemplo diferente do que se está a passar. Num país onde a justiça está parada, o ensino com a complicação que tem, o Primeiro-Ministro um dia diz que está em exclusividade, no outro vem a notícia de que recebeu sessenta mil euros de reintegração. É um país em que, no processo da face oculta, ministros são condenados. Mas, há uma coisa que eu começo a pensar: porque é que nasceu D. Afonso Henriques? Começa-me a preocupar isso! Agora, há uma coisa que por nada deste mundo altero, que é a minha posição como Vimiosense, como filho deste concelho. Enquanto tiver as minhas faculdades, de certeza que nunca me vou arrepender de ter nascido e de viver cá. Mas a situação no país preocupa-me imenso e de um lado ao outro já tem pouco por onde se pegue. Faço aqui um apelo à Câmara que, contrariamente ao que se passa no país, dê exemplos diferentes. Vou referir aqui um exemplo que eu não sei o quê que a Câmara está preparada para fazer, é a questão da cobrança de água às IPSS"s às Misericórdias. Penso que cabe a esta Assembleia também manifestar-se sobre se a cobrança deve ser feita às Misericórdias e às IPSS"s. Chegou-me aos ouvidos que a Câmara se preparava para começar a fazer a cobrança da água nas Misericórdias e nas IPSS"s. Penso que cabe à Câmara fazer o rigor exaustivo da água que se gasta mas deve libertar essas instituições de pagar a água, é a minha opinião, gostava que esta Assembleia aqui se manifestasse também

sobre isso. Outra coisa que me preocupa aqui no concelho é a falta de pessoas, sei que a Câmara não tem a responsabilidade toda. Depois das horas de expediente passamos vila abaixo e vila acima e não vemos ninguém! Passo diariamente de uma ponta a outra da vila e tenho dias de não ver uma única pessoa. Isto é preocupante e deve-nos preocupar a todos, e nós não podemos às vezes com estatísticas, embandeirar que estamos no bom caminho. Não é por dizer que num ano nascem trinta e noutra quarenta bebés, este ano entraram para o primeiro ciclo vinte e dois alunos, onde é que estão os outros que nasceram que receberam o prémio, temos que começar a perguntar isto. Penso eu que, todos nós Vimiosenses que estamos aqui, e ninguém melhor do que nós defende este concelho, sinto na pele o que é este concelho, temos que começar a pensar a sério nestas coisas, porque a curto prazo não sei, mas isto acaba se continua assim, não é por nascerem trinta ou quarenta, é os que cá ficam e é isso que nos deve preocupar”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carção, Daniel Ramos. Disse:” Queria com esta minha intervenção agradecer a todos o facto de me terem dado os parabéns pela minha presença e a forma como fui integrado, certo de que colaborarei na forma que seja possível nesta Assembleia. Em relação à pergunta, de qual o motivo porque o presidente anterior suspendeu o mandato, ele alegou motivos pessoais, logo aí as minhas perguntas param, acho que a resposta para todos está dada”. -----

----- Usou da palavra a senhora membro da Assembleia Maria Merênciã Machado. Disse:” Gostava de abordar aqui um assunto sobre os ATL”s para as crianças da escola e do Pré-escolar. Sei que existe um ATL da Santa Casa da Misericórdia, já desde a década de noventa, que sempre funcionou muito bem, ainda chegou a funcionar em instalações da Câmara Municipal. Entretanto a própria Câmara pediu, na altura à Misericórdia, para libertar aquelas instalações. A Misericórdia fez um esforço muito grande e construiu instalações novas. Chegou a ter muitos alunos ou a ter mais do que têm agora duas instituições. É uma IPSS do concelho, da qual todos somos sócios, que deve ter o nosso apoio. Neste momento, fechou o Papagaio, não sei por que motivos não vêm ao caso mas, eram motivos previsíveis para toda a gente. A Santa Casa da Misericórdia está na disposição de receber todas as crianças. Estando nesta disposição eu pergunto porque é que a Câmara Municipal não dá todo o apoio

necessário para que essa IPSS, que sempre nos mereceu toda a consideração, possa receber condignamente todas essas crianças em vez de estar a instigar a invenção, para mim é uma invenção, de um outro ATL, não sei, penso que suportado pela comissão de pais, que me parece que neste momento nem terá suporte jurídico para tal. Pergunto: será que Vimioso tem assim tantas crianças que seja necessário haver duas instituições deste género? A pergunta é muito simples: porque não apoiar a Misericórdia a fazer mais e melhor e não haver divisões?”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia. Disse:” Já agora, permitam-me que responda ao senhor membro Jorge Fernandes. Dizer-lhe que as termas, a meu ver, ainda têm pouco tempo, são uma criança, e as crianças de certa forma têm que ser bem orientadas. É obvio que a intenção é que aquilo seja sustentável e que financeiramente seja equilibrado. Mas, quando se começa uma atividade, e você começou uma atividade, não é estar a desculpar a Câmara, os investimentos que se fazem não é ao fim de um ano nem de dois nem de três nem de quatro nem de cinco e às vezes muito dificilmente são sustentáveis. Com que a intenção é que aquilo foi criado? Primeiro, postos de trabalho, depois criar riqueza, e depois trazer privados para o nosso concelho. Foi essa a intenção. Já agora permitam-me dizer-lhe assim; deiam ideias para que o nosso concelho tenha cá muita gente, ajudem nisso, é importante, agora nós sabemos que não há gente, e cada vez há menos”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse:” Informo que o senhor Vice-Presidente não está presente porque está a acompanhar , como representante da câmara, a organização a prova King of Portugal. Relativamente ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carção dar-lhe as boas vindas, desejar-lhe um bom trabalho. O presidente António Santos, com o mandato suspenso, comunicou-me, pessoalmente, que iria suspender por razões pessoais que se prendiam com motivos familiares. Foi esse o esclarecimento que deu e que foi perfeitamente aceite. Quanto à questão das termas diz o senhor membro da Assembleia Jorge Fernandes que pediu esclarecimentos. Se estiver com atenção a toda a situação financeira que recebem em todas as Assembleias, tem aí uma rubrica que diz: Termas, Balneário Termal da Terroinha, análises, bens e materiais, questões de pessoal, tem aí nesse período quarenta e um mil seiscientos e cinquenta e três euros. Portanto, os esclareci-

mentos são dados basta consultar os documentos. Relativamente às pessoas que lá trabalham neste momento, é público, em reunião de Câmara, foi feito contrato com uma empresa, agora não sei bem precisar o nome, mas está ligada também aos médicos que estão a fazer o estudo médico hidrológico. As pessoas que estão lá neste momento, algumas estão ainda por estágios, ou terem sido requisitadas ao desemprego, ainda não terminou esse período, outras foram contratadas por essa empresa. Porque, essa empresa nos disse que, enquanto não terminasse o estudo médico hidrológico, não fazia sentido estar a alterar o pessoal, ou seja indiretamente é pago pela Câmara, diretamente é pago por essa empresa, mas tudo isso foi à reunião de Câmara, os contratos, os concursos, está tudo nas atas da reunião de Câmara. Também dizer-lhes que o estudo médico ainda não terminou prevê-se que termine no final do próximo verão, oxalá que assim seja. Quanto ao número de visitantes eu sei que estão novamente a fazer tratamentos aquelas pessoas que foram selecionadas pela equipa médica, que é para ver exactamente a evolução nessas pessoas. De qualquer das formas nós, já durante este ano, pusemos a funcionar a piscina, a piscina que está aberta ao público, que tem pelo menos seis turmas. Há gente nesta Assembleia que frequenta as piscinas e que estão a ter um ótimo resultado e, do que eu sei, do feed back que vão dando as pessoas é que estão muito satisfeitas com a piscina, que não é nenhuma piscina para natação, é uma piscina exactamente para tratamentos, relaxamentos para a hidro-ginástica, com técnicos também a dar a hidro-ginástica. Portanto, estão a funcionar neste momento seis turmas e penso que as pessoas que inicialmente já passaram lá por tratamentos andarão na ordem das duzentas pessoas. Aquelas que agora estão a repetir os tratamentos, porque a equipa médica o considerou dessa forma, são menos. Dizer-lhe que estamos a preparar um concurso para a abertura de um novo furo para captação de água sulfurosa, e se houver financiamento, temos a informação que poderá haver algum financiamento ainda do PROVER, haverá o “overbooking”, e também temos praticamente concluído o projeto para um edifício de apoio às termas. Hoje quem frequenta as termas percebe claramente que colide a questão das pessoas que estão a fazer os tratamentos com a receção, ou seja uma pessoa que esteja a fazer tratamentos passa ali de robe em frente à receção onde as outras pessoas esperam. É evidente que isto não são termas, é um balneário para estudo

médico hidrológico. O que estamos a tentar fazer é acoplar, na zona do parque de estacionamento, com ligação direta ao edifício, um outro edifício que tenha a receção e que tenha uma pequena sala de estar para acompanhantes. Quem está à espera dos tratamentos poder ler um jornal, poder ler uma revista, beber uma água tomar um café. Mas, isso só avançará, estamos a tratar dos projetos se houver financiamento. Quanto às termas é este o estado. Quanto ao senhor membro José Freire, de facto o país é aquele que temos e não nos deve orgulhar muito a todos as situações que se têm vindo a passar. Mas estamos num estado de direito, temos que acreditar na justiça apesar dos problemas que tem, que são públicos e evidentes, temos que acreditar na justiça, no estado de direito e, certamente ninguém quererá regressar a outros velhos tempos. Embora estes estejam conturbados, eu só vivi quatro ou cinco anos no outro regime, nem sequer tenho recordação disso, mas, certamente, aqueles que têm não terão saudades desse tempo. De qualquer das formas tem toda a razão, mas se calhar também é esta crise e esta necessidade que nos leva a que o escrutínio sobre as pessoas seja muito maior sejam elas quais forem. Mas também começa a perceber que a justiça afinal começa a funcionar não só para os pequenos mas também para os grandes. Em termos de opinião pública, as coisas são o que são, será sempre uma análise subjetiva. Questão das águas nas IPSS"s, que é um assunto que nos diz mais respeito, embora todos digam, mas mais importante. As recomendações da ERSAR são muito claras, toda a água que é distribuída tem que ser cobrada, isto está na lei, são recomendações da ERSAR. A pedido de um provedor da Misericórdia reuni com os três provedores das Misericórdias, mas também já demos informações aos outros responsáveis pelos Centros Sociais e paroquiais que são mais quatro. O que nós lhes dissemos e é isso que vamos fazer é que nenhuma IPSS"s queremos que seja prejudicada com isto, ou seja a Câmara há-de encontrar fórmulas de depois compensar as IPSS"s Até lhes disse claramente, por exemplo, desfile de Carnaval, nós atribuímos a cada IPSS quinhentos euros, podemos aumentar a comparticipação para compensar. A ERSAR é muito clara, o município de Vimioso é dos municípios que mais perdas de água tem na teoria, na prática sabemos que não é assim porque a água não é contabilizada. Nós temos de ter algum cuidado até porque como têm ouvido as notícias, a Comunidade Intermunicipal à qual pertencemos está a estudar a possibilidade de

integrar, tudo o que é águas em baixas, numa nova empresa tal como a dos resíduos, pode ser na dos resíduos ou pode ser noutra. Não sei se todos os municípios querem aderir ou não. Mas, ao fazer-se uma empresa dessas obriga a que todos os municípios estejam a cobrar a água. Disse claramente aos senhores provedores, a tarifa para as IPSS"s é uma tarifa fixa não é por escalões, cinquenta cêntimos o metro cúbico, gastem dez ou gastem vinte é sempre os cinquenta cêntimos. Obviamente se fosse a tarifa doméstica isto iria para valores muito elevados, mas não é isso, e nós queremos exatamente fazer esta análise do que é que resultará para as IPSS"s este esforço financeiro. O meu compromisso com os Provedores das Misericórdias, e disse-lhes claramente que depois queria reunir com todas as IPSS"s, é que, se eventualmente tivermos que alterar esta tarifa dos cinquenta cêntimos, depois de sei lá, quatro seis meses de avaliação, também vamos à reunião de Câmara trazemos à Assembleia Municipal e baixamos a tarifa. Agora eles têm que pagar, é uma questão de legalidade, o que nós podemos fazer depois é arranjar outras formas de os apoiar e teremos que as encontrar. Comprometi-me com eles a arranjar essas formas de apoiar. Eu sei que as IPSS"s estão com dificuldades mas as famílias também estão com dificuldades, estamos todos com dificuldades. A Câmara Municipal como sabem com a aprovação do FAM (Fundo de Apoio Municipal), para o ano temos que transferir para esse Fundo de Apoio Municipal sessenta e quatro mil euros. Não podemos pedir tudo à Câmara, desculpem, não podemos pedir que apoiem na educação, que apoiem os idosos tudo mais! O dinheiro não chega para tudo, temos todos de fazer um esforço e esse esforço tem de ser de todos, não pode ser só da Câmara, porque senão há-de haver áreas que vão ficar para trás. E nós na área social, designadamente na parte da educação, aliás podem ver aí, está aí na situação financeira da informação que eu entreguei, vejam o esforço que está a ser feito. A nossa prioridade, neste momento, é exatamente a área social. Mas eu digo aqui claramente, e disse-o quando foi do alargamento do lar em Santulhão, os primeiros responsáveis pelos nossos idosos são as suas famílias, não podemos atirar a responsabilidade para as instituições, as instituições existem para ajudar mas não para resolver todos os problemas. E nós sabemos que as famílias têm que ajudar, aquelas que podem têm que ajudar mais, as que podem menos não poderão ajudar, mas temos de ser todos a ajudar, não pode ser só

a Câmara. Disse isso claramente, embora me queiram acusar, deturpam às vezes aquilo que eu digo, não sei com que objetivo se calhar querem deturpar. Temos que pensar sobre isto: qual é a comparticipação de um acordo para um idoso que dá à segurança social, que é estado, na ordem dos duzentos a duzentos e cinquenta. Qual é a reforma desse idoso que tem a pensão mínima, que eu acho que é mais do que justa e que devia ser maior, anda na ordem dos duzentos trezentos euros. Quem é que dá essa reforma ao idoso? O estado, todos nós com os nossos impostos. Deve ser assim, deve ser uma contribuição solidária, eu não me importo de contribuir para essa solidariedade. Mas, esse idoso que está num lar, está a receber não os duzentos e trinta euros mas quinhentos euros do estado, é um salário mínimo, e esses quinhentos euros saem de todos nós que pagamos impostos. Nós temos de ter esta noção, é evidente que quem tem lá os idosos, o que quer é pagar o mínimo possível. E os outros? É solidariedade pagarem uns só para outros? Não, temos de ser todos solidários. Eu raramente vi algum idoso ou alguma família, salvo raras exceções, dizer assim: eu vou doar a esta instituição pelo que fez pelo meu familiar, este terreno ou esta casa, raras exceções. Mas quem é que, cuidou do idoso? Não foi o estado, não foi a IPSS com a ajuda do estado? não fomos todos nós? Acho que temos que refletir sobre isto, porque o estado, já vimos, quando ao estado se pede tudo, o estado vai para a situação em que nós vemos que está! Quando todos queremos que o estado faça tudo, e quando digo estado é o Governo é a Câmara, depois chegamos onde chegamos. Acho que temos de ter alguma responsabilidade todos nós sobre isto e fazer também esta pedagogia, e repito os primeiros responsáveis pelos nossos idosos são as famílias, são os familiares, são esses os primeiros. E nós sabemos, eu vejo, os responsáveis pelas IPSS"s quantos idosos estão, meio ano, um ano sem ter uma visita da família, e depois ainda vêm os familiares a queixarem-se, trataram mal o meu familiar. Ainda por cima! Nós sabemos que isso acontece. Dá ideia que o lar é o local onde eu despejei o meu idoso e agora quem está lá que trate que tem obrigação de tratar. Não pode ser assim. Relativamente à questão da água tudo faremos para que este valor, e temos que o apurar, durante algum tempo fazer essa primeira análise o que é que vai ser pago, qual é o esforço financeiro das IPSS no sentido de verificar o que é que eles gastam, qual é o esforço financeiro se podem fazer aquele, se podem fazer menor,

e nós cá estaremos para, não é para recompensar mas, para ajudar a diminuir este esforço financeiro. Também lhe disse às IPSS"s: também vocês têm que fazer um esforço para ter alguma poupança no consumo da água. Eu não estou a dizer que gastam, mas nós sabemos perfeitamente quando não pagamos uma coisa abusamos um bocadinho, se calhar se começarmos a pagar também temos mais algum cuidado, não estou a dizer os responsáveis, estou a dizer os funcionários e os utentes, porque nós sabemos que é muito volume de água que está a ser gasta. Não deixaremos de estar ao lado das IPSS"s nesta ajuda para que este esforço financeiro, se for demasiado e não o poderem suportar, cá estaremos para colmatar este esforço financeiro. Mas, repito, podemos pôr em risco candidaturas ao próximo quadro comunitário em termos de águas e saneamentos se nós tivermos os dados que temos para a ERSAR. Temos que, até ao dia dezasseis de Outubro, mandar para a ERSAR, obrigatoriamente, a nova tarifa. Nós já sabemos que hoje a água para o município não é sustentável, estamos a suportar isso, não só das IPSS"s mas também das famílias. Aliás lembrem-se que, o ano passado ou há dois anos, alteramos o tarifário no escalão que ia de cinco a dez metros cúbicos, passamos de cinco para quinze, porque percebemos claramente que uma família de quatro, cinco pessoas que ultrapassava sempre os dez metros cúbicos e o décimo primeiro e o décimo segundo até ao décimo quinto é que lhe aumentava gravemente a fatura, e nós baixamos. Temos estado atentos nesse aspeto. Agora, é evidente que todos temos que fazer este esforço e dizer-lhes que a Câmara não tem fins inesgotáveis nem o Governo nem nas nossas casas. Portanto, temos de ter algum cuidado e esse esforço tem que ser feito por todos. Repito, a razão porque oficiamos as IPSS"s por causa de virem registar os contadores com contrato, que não vão pagar contrato, não vão pagar taxas de ligação não vão pagar nada disso, o que nós temos é que justificar perante a ERSAR que vamos começar a cobrar a água e depois obviamente não querer que esse esforço financeiro seja unicamente das IPSS"s. Sublinho que todas as IPSS"s têm sido apoiadas não só na água como noutras vertentes, e ainda bem que são apoiadas, como podem ver aí o serviço de fisioterapia, está aí na informação financeira, é apoiado pela Câmara. Relativamente à falta de pessoas, e onde estão os bebés? Não sei se os bebés que entraram à escola correspondem a todos mas, não deve andar muito longe, os que entraram este ano são bebés que

nasceram há seis anos. Não se esqueça que na última Assembleia apertamos um bocadinho mais as regras para o prémio bebé do ano. Eu soube, por exemplo, que em Carrazeda já dão quinhentos euros pelo primeiro filho que nasce, mil pelo segundo e mil e quinhentos pelo terceiro. É evidente que nós queríamos que nascessem mais crianças mas também isso não se decreta. É evidente que em regulamentos destes há sempre pessoas que se aproveitam, porque não há nenhuma lei perfeita, eu também o podia ter feito não o fiz, o membro Jorge Fernandes podia tê-lo feito não o fez, vai da consciência das pessoas, já o disse aqui várias vezes. Quem nos dera a nós que houvesse mais crianças no concelho. O ano passado fomos dos concelhos com melhor índice de natalidade. Admito que haja três ou quatro casos que levantassem algumas dúvidas. O concelho de Moncorvo teve taxas de natalidade muito baixas, e a relação entre mortos e nascidos nós não somos dos concelhos que estamos pior. Eu não me estou a consolar com o mal dos outros, estamos mal mas estamos todos no país. já vos disse aqui uma vez que na área do grande Porto só o concelho de Valongo é que subiu a população, todos os outros diminuíram. Por isso é que vemos o problema dos professores. Por isso é que sabemos quantos mil alunos é que diminuíram, ainda há dias estava a ver um programa de televisão e diminuíram mais de oito mil alunos em quatro anos! Víamos, antes, as nossa escolas primárias cheias de crianças, os que há hoje no concelho todo cabiam numa aldeia mais pequena, eram os que entravam nas aldeias mais pequenas, mas isso é fruto dos tempos e espero que as políticas de natalidade possam trazer algum resultado. Quanto à senhora membro Merênciã Machado: ATL's, ainda bem que coloca a questão para que fique esclarecido. É competência da autarquia assegurar o apoio à família. O apoio à família não é ATL, é o prolongamento do horário escolar dos alunos do pré-escolar, que é uma hora de manhã para aqueles pais que precisam de deixar os filhos mais cedo, entre as oito e as nove, é o acompanhamento na hora do almoço e é o prolongamento das três e meia até às cinco e meia. Esse é a componente de apoio à família. O ATL tem a ver com o que vai para lá das cinco e meia. Como sabe existiam dois estabelecimentos particulares a fazer este serviço: Santa Casa da Misericórdia de Vimioso e o Jardim do Papagaio, eu repito são os dois particulares, porque, mesmo a Santa Casa da Misericórdia é uma instituição particular de solidariedade social. A competência é da Câmara

e o que nós sempre dissemos, e não sei se há aqui testemunhas, era eu que costumava ir à primeira reunião com os pais e encarregados de educação do pré-escolar, dizia sempre, relativamente ao apoio à família, que nós designamos regularmente por ATL: os pais inscrevam os filhos onde quiserem, para nós é o mesmo que se inscrevam na misericórdia, com a qual assinamos acordo de colaboração na penúltima reunião de Câmara, e os que quiserem ir para o Papagaio vão para o Papagaio. O Papagaio fechou, e com o lar de Avelanoso houve alguns desenvolvimentos no sentido de poder colaborar e ser ele a entidade responsável. Não chegaram a essa conclusão, não tivemos qualquer responsabilidade nisso, nenhuma. E, quando vimos que a coisa estava complicada, como é que nós vamos fazer, houve vários pais que chegaram ao meu gabinete e me disseram: Senhor Presidente o meu filho para a Misericórdia não vai. Eu não posso obrigar os pais a irem os filhos onde não querem! Vou contar um episódio do que se passa em Vilar Seco, e o senhor Presidente da Junta esteve uma vez aqui numa reunião, eu era vereador. Nenhum aluno do ensino básico e do pré-escolar vêm de Vilar Seco para Vimioso, nenhum. Uma vez vieram aqui pedir-me transporte, para que os levasse, para depois entrarem no autocarro para Miranda e eu disse: não há transporte para ninguém, vocês têm uma oferta pública em Vimioso se não a querem eu não colaboro nada convosco. E, a única colaboração que damos é áqueles alunos, que não fazemos nenhum esforço financeiro maior, que querem ir para o secundário, que cá não há, não há cá essa oferta, que os levamos de Vimioso até Caçarelhos e depois Miranda do Douro vem buscá-los. Se a Câmara tem essa competência do apoio à família do prolongamento do horário, quando há pais que lhe dizem claramente, o meu filho para a Misericórdia não vai e eu tenho que o deixar nalgum lado, o que é que faz a Câmara? Não tem que criar outra resposta? Ou não queria! Não posso obrigar os alunos a irem, até porque se trata de uma instituição particular. Antes podia-lhe dizer: se não quer ir para ali vá para além, tinha duas hipóteses, tinha uma escolha, quem não queria ir para um lado ia para outro. Agora só há uma escolha, e nós este ano estamos a manter o protocolo com a Misericórdia. O senhor Provedor pediu-me uma reunião no dia nove ao fim da tarde e eu disse-lhe: senhor Francisco Machado eu amanhã tenho uma reunião da CIM às dez horas em Miranda do Douro, vou ver se o consigo receber de manhã. Consegui recebê-lo. O que ele me perguntou foi,

como é que vai ser, mais, ele disse-me que pretendia fazer obras para alargamento do lar nas instalações que são hoje do ATL, e eu disse-lhe: senhor Francisco eu vou ter que dar uma resposta aos alunos. Se é uma competência da Câmara eu não posso obrigar as pessoas e dizer tem que ir para ali. Por exemplo em Vinhais existe na Santa Casa da Misericórdia e a câmara também assegura, os que querem ir para um lado vão e os que querem ir para outro vão. Em Miranda do Douro quem assegura o prolongamento é a Câmara porque é competência da Câmara e nós vemos muitas vezes lançarem concursos para contratar gente, auxiliares, educadores para fazer esse trabalho. Mas, ao senhor Provedor disse-lhe: não há problema nenhum porque, se as coisas caminharem no sentido de que todos queiram ir para a Misericórdia, as instalações estão lá em cima, portanto, não deixe de fazer o investimento que pretende que instalações não faltarão. O que eu lhe disse foi: não deixe perder oportunidades, se as houver, de fazer essa ampliação ou adaptação do espaço porque espaços sempre haverá, não é essa a questão. Agora a questão que se coloca é esta: eu não posso obrigar os encarregados de educação, os pais, a colocarem os seus filhos numa instituição onde os não querem lá pôr. Então o que é que eu tenho de fazer? Dar a resposta que é o que a lei diz. Pergunto: o que é que fariam se pais lhe dissessem isto? Obrigo-os a ir? Não posso obrigar. Portanto tem que haver neste caso uma oferta pública até porque, até aqui, havia duas ofertas privadas e colaboramos da mesma forma com as duas. Mais, nós assinamos o protocolo com a Santa Casa da Misericórdia de Vimioso e com o Lar de Argozelo que assegura os de Argozelo. Está feito o protocolo até porque disse claramente ao senhor Provedor que não voltava com a minha palavra atrás. Eu disse-lhe que este ano fazia protocolo com a Santa Casa e vou fazê-lo, quem quiser ir para lá vai, os que não quiserem ir, porque não há Papagaio, quem é que os assegura? Tem que ser a Câmara não há outra hipótese! Vamos fazer exatamente isto, neste momento nós demos resposta, está a funcionar e está tudo na mesma, os que querem ir para a Misericórdia vão para a Misericórdia e os que querem vir para o serviço que lhe assegura a Câmara Municipal vêm para o da Câmara Municipal. Tão simples quanto isto. Agora, no próximo ano, admito ser a câmara a assumir a totalidade, isto porque quem trata de trinta também trata de quarenta, e não é por aí que os custos aumentam, por isso mesmo eu também tenho que zelar pela

economia financeira. É que, quando é dos privados a questão não é da câmara, nós atribuímos-lhe o dinheiro que vem da DREN e acabou. A partir de agora, se é a Câmara a gerir acho que é responsabilidade minha gerir bem ou o melhor possível. Portanto, se vejo que posso fazer o serviço com este dinheiro não posso fazer acordos com IPSS's, embora estejamos disponíveis para falar com a Misericórdia. Sabe perfeitamente, e eu aí não posso fazer nada, nem tenho nada a ver com isso, que há pais que nunca lá vão pôr os miúdos, sabe isso, toda a gente sabe, portanto eu não tenho alternativa. Percebo a situação da Misericórdia, a mim libertava-me de responsabilidades, transferia o dinheiro e acabava, mas os pais não os querem lá pôr! Como é que eu faço? Não tenho que lhe dar uma resposta? Se houver só uma resposta pública da Câmara Municipal também pode haver pais que dizem assim: mas eu para o prolongamento da Câmara não vou. Aí são os pais a responsabilizar-se! É o que faço aos de Vilar Seco, há uma resposta pública no concelho, pedem para ajudar e não ajudo. Se há resposta no concelho, se houver alunos para trazer de Vilar Seco para aqui vamos lá buscá-los. Estamos a ultimar todas as situações para que corra o melhor possível, com a colaboração da Associação de Pais. Quando nós pedimos tantas vezes o envolvimento das famílias na educação, quer dizer, quando a Associação de Pais está disponível para se envolver, vamos agora criticar a Associação de Pais! Estamos a dar o melhor possível, e a informação que eu tenho é de que está a correr bem. Assumi que este ano continuaríamos com o protocolo com a Santa Casa da Misericórdia e a minha palavra é de honra, vai ser até ao final do ano. Mas, repito se, eventualmente, se viesse a colocar a questão de ser a Misericórdia a ficar tinha lá em cima instalações, portanto, não é isso que lhe impede de fazer as obras. Sei que houve, à época, Assembleias dos irmãos da Misericórdia em que foi lá discutida a rentabilidade e a sustentabilidade do ATL. E pergunto, com três funcionários que a Misericórdia tem adstrito ao ATL como é que com mil e duzentos euros por mês se pode pagar a três funcionários? É o que nós transferimos para a Misericórdia, não chega a mil e duzentos euros por mês. É verdade que os pais pagam mais alguma coisa, mas não é o que pagam que sustenta estes três funcionários. Quando me dizem que têm três funcionários, uma educadora e duas auxiliares adstritas ao apoio à família e ao ATL, desculpe, com o que a Câmara dá e com o que os pais possam pagar, que também não podem pagar

muito, não paga aos funcionários. Mas não me quero imiscuir aí, eu só lhe quero dizer é que, enquanto Presidente da Câmara, tenho que cumprir com as competências da Câmara, dar uma resposta ao apoio às famílias e eu vou dá-la.” -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia. Disse:” Continuem a fazer uma boa gestão para que de facto o nosso concelho não siga o caminho de outras autarquias nem siga o caminho do país que seguiu durante algum tempo”. -----

----- Usou da palavra o senhor membro José Freire. Disse:” Só queria aqui acrescentar uma coisa, quando falamos de gente idosa, gente que sacrificou a vida por este concelho a trabalhar neste concelho, penso que isto não pode ser dito de ânimo leve. Quando falei na questão da água, penso que é uma questão que a todos diz respeito e deve-nos levar a pensar muito seriamente nisto. Não sei se a Câmara tem contadores nas IPSS”s, devia ter. Ter contadores e ter de controlar a água não quer dizer que seja paga. Eu sou um contribuinte, já num mês paguei mil euros de água numa avaria que tive em casa, falo com conhecimento de causa e só ganho oitocentos por mês, tenho filhas para lhe dar de comer e paguei mil euros de água. Portanto, são coisas sérias e são coisas que nós temos que ver com atenção. Eu faço aqui um repto, faço uma pergunta aqui a esta Assembleia, os idosos não merecem água? Eu sei que as IPSS”s são instituições particulares mas não é a mesma coisa que particulares, têm obrigações sociais e têm que as cumprir e quando as pessoas não fazem bem o serviço fazemos uma cruzada e metemos lá outras. Não pode ser, quando é uma IPSS”s a fazer um serviço está tudo bem, vem outra está tudo mal, eu não me conformo com isto. Penso que seria mais útil fazer um controlo rigoroso porque tem que haver rigor. Da maneira que as coisas andam, nos municípios tem de haver rigor mas, fazer o rigor da água fazer, o do que se gasta, depois posteriormente ver qual será a melhor solução para isentar essas IPSS”s de pagar a água. Não concebo nem admito, eu pessoalmente, quem sou eu para admitir ou deixar de admitir que se deiam terrenos de graça na zona industrial, que se dê dinheiro para ter bebés, e depois aos idosos que dedicaram uma vida a este concelho a água para beber e para as suas necessidades têm que a pagar. Não é este país que eu quero para mim nem para os meus filhos. Tem que haver qualquer coisa aqui que a Câmara tem de poder

fazer e fazer todo o esforço. As IPSS”s embora sejam particulares, e há o que lá há todos nós sabemos mas, merecem a água de graça”. -----
-----Usou da palavra o senhor membro Jorge Fernandes. Disse:” Antes de mais agradeço o esclarecimento que me foi dado em relação às termas e fico contente realmente saber a quantidade de pessoas que as procuram para fazer os seus tratamentos, de certa maneira resultará numa mais valia turística para o nosso concelho, fico contente por estar esclarecido em relação a isso. Este assunto que eu trago agora aqui, o senhor Presidente da Assembleia pediu-nos para dar ideias, fácil de concretizar, possivelmente a Câmara está a fazê-lo nalgumas localidades do nosso concelho, noutras não estará, que tem a ver com a temática dos incêndios florestais. Os incêndios florestais quando nos batem à porta ficamos preocupados. A dada altura, em meados de Junho, em conversa com o comandante dos bombeiros, por outros assuntos, fiquei contente por saber que no concelho ainda não tinha havido nenhum incêndio até essa altura, porquê? Porque as condições climatológicas deste verão foram-nos favoráveis. Mas, a dada altura surgiram alguns focos de incêndio e, eu e outros agricultores do concelho fomos afetados, porque sempre que há um incêndio qualquer um de nós é afetado. Refiro-me concretamente num ponto entre Carção e Argozelo no qual nós temos vários apiários instalados, falando de mim pessoalmente, há agricultores que tinham oliveiras, terrenos florestais que também foram afetados. Após o incêndio dirigi-me ao local para avaliar os prejuízos que eventualmente possa ter tido e foi-me dada a informação, e vejo que realmente houve uma máquina da Câmara que em pleno incêndio se deslocou para fazer corta-fogos, para minimizar os prejuízos. É bem, mas penso que a Câmara durante este período, daqui para a frente, em articulação com o gabinete florestal da autarquia, que tem um bom corpo técnico, em que todas as manchas florestais do concelho estão previamente definidas, todos os locais de maior incidência de risco de incêndio no concelho penso que estão devidamente definidas e haverá certamente nas vossas localidades pontos onde foram abertos corta-fogos há mais de cinco, seis, sete anos provavelmente. Tenho conhecimento de alguns em Angueira onde se fizeram corta-fogos em zonas florestais que neste momento já não se consegue lá passar. Sei que também existem as brigadas florestais ou as brigadas de sapadores florestais a trabalhar em permanência. Portanto, acho que é de todo o interesse para o

concelho, todos estes aspetos articulados, esses sítios de maior risco de incêndio onde já a Câmara entrevistou, voltar novamente a fazer uma passagem, porque de certa maneira se depois houver um incêndio será, de certo modo, necessário deslocar para essas manchas a máquina da Câmara. Assim, dessa maneira acho que podemos minimizar, de certa forma, esses riscos, temos os recursos e acho que é neste período, em articulação também com os presidentes de junta que saberão quais são as zonas de maior risco que estão mais abandonadas com mais probabilidade de incêndio. Acho que é um trabalho que faz falta no concelho porque qualquer agricultor que ande pelo concelho, há zonas de muito abandono, infelizmente isso é um processo natural". -----
----- Usou da palavra o senhor membro Serafim João. Disse". Queria apenas reforçar a ideia de colocar aqui, na qualidade de Diretor do Agrupamento de Escolas de Vimioso, a questão do ATL. Ouve a explicação do senhor Presidente da Câmara e penso que há uma hipótese de reduzir os custos se, eventualmente, o ATL ou o apoio à família mais concretamente e melhor dizendo, se poder desenvolver na escola. O ATL é mais para as crianças do pré-escolar, e depois eventualmente para uma dezena, se calhar, de alunos do segundo e terceiro ciclo e alguns do primeiro ciclo, porque são aqueles que eventualmente se prolongam para lá das cinco e meia, são alunos que em princípio residem em Vimioso, porque os outros às cinco e meia vão para as suas localidades. Penso que a escola tem o espaço, tem alguns funcionários, precisaríamos mais um ou dois, e, provavelmente, seria muito mais barato, penso eu. Já que estamos a falar em gestão de recursos económicos e também recursos humanos, muitas vezes há necessidade de aproveitar primeiro o público e depois é que aproveitamos o privado, se há este conflito de interesses, por assim dizer. No público não há conflito de interesses, há é escassez de recursos humanos, porque os recursos económicos muitas vezes existem o que são é mal geridos. Relativamente à água que é paga ou não pelas IPSS"s o senhor Presidente da Câmara deu a explicação mais que plausível e mais que justificativa. Eu agora lançava-lhe outro repto, quando as crianças vão a ser idosos, também já se vão habituar ou habituando a não pagar a água, eu também fazia uma proposta que a água da escola fosse paga pela Câmara. Eu sei que isso não pode ser mas também era um apoio, então começávamos logo com o apoio no berçário, e depois quando chegássemos aos idosos já tinham mais razão de ser que

essa água fosse paga. Isso só para dizer o quê? Está explicado que a lei tem que ser cumprida por todos. Quando entrei para a escola estava lá uma rutura ou uma fuga que provavelmente já mais de dez anos estava ali a água a sair. No decurso de eu estar lá houve uma outra. Andaram ali os funcionários da Câmara para resolver esse problema grave. Pelos vistos ia a dar à horta que agora até está cedida à escola para exploração, que é a horta por cima do edifício do senhor Coelho, e agora não se vê lá água nesse poço. Porquê? Porque se calhar a água ia para lá. É só uma suposição, mas é esta gestão que às vezes é muito difícil de fazer. Mas se podermos aproveitar o público já não há conflitos no privado”. Mas, senhora professora Merência o que se dá ao estado volta para o estado, o que o estado dá aos privados provavelmente nunca chegará ao estado”. -----

----- Usou da palavra o senhor membro José Manuel Granado. Disse:” É da discussão que nasce a luz e eu quero que se faça um bocadinho de luz, o meu espírito está confuso. Relativamente ao ATL não sei qual vai ser a opção da Câmara sobre este assunto, li, com o encerramento do jardim o Papagaio, declarações da senhora e declarações do senhor Presidente da Câmara, fiquei com a ideia que isso ia ser distribuído por amas, era isso que eu gostava que me esclarecessem”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse” Agradeço, mais uma vez as questões. Começando pelo senhor José Freire. Senhor José Freire, tenho todo o respeito pelos idosos, olhe o senhor José Manuel sabe, andei com o trator do meu pai com as minhas mãos a construir o lar de Algozo de tudo o que podia e continuo a ajudar naquilo que posso. Não recebo lições de ninguém de apoio a idosos, desculpem lá, não as dou, mas também não as recebo. Mas, eu faço-lhe esta pergunta: então os idosos com oitenta e noventa anos que continuam na sua casa particular, não pagam água? Pagam água. Vamos isentá-los todos? Desculpe, a democracia é assim e a solidariedade é assim, há muita gente em Algozo com setenta, oitenta, noventa anos que vivem em casa e pagam a água. Desculpe lá, o que eu estou aqui a dizer não é que vou exigir às IPSS”s que paguem água, parece que as pessoas, ou ouvem o que querem, ou não ouvem bem, ou interpretam mal! Aceito as interpretações todas. Eu disse que não queria que as IPSS”s fizessem este esforço financeiro, É uma questão legal. Disse que as ia ressarcir, mas você contradiz-

se! Mas, e os que estão em casa com oitenta e noventa anos temos que os isentar de água como isentamos os que estão nas IPSS"s ou não? É que os que estão em casa ainda não recebem os duzentos e trinta euros da participação do estado. Como é que é? Como é que fazemos? Nesta questão, nós não podemos olhar só para um lado, quando falamos em idosos não há só idosos nas IPSS"s, há idosos nas suas casas a passar também dificuldades. Então, também temos que os ajudar e isentar da água? Temos que fazer este exercício: se uma IPSS"s pagar cem ou cento e cinquenta euros de água, saneamento e resíduos porque está lá tudo que a tabela é única, quanto é que isto dá a cada idoso? Dá dois euros por mês? Qualquer idoso em sua casa só de taxa fixa paga mais do que isto. Não temos que fazer este esforço por todos? Acha que o devemos fazer por todos ou não? Eu acho que isto é que é solidariedade. Nunca conseguimos ser justos a cem por cento mas, devemos tentar ser o mais possível, está ver onde nós podemos resolver o problema, todos colaboramos nisto, porque eu sou o maior defensor das IPSS"s e baterei-me sempre pela defesa de todas elas. E, chame aqui qualquer responsável das IPSS"s quando é que lhe falhamos com algum apoio. Chame-os aqui, eu estou disponível para virem aqui todos para ver onde lhe faltei com apoios muito mais do que aquilo que eles vão pagar de água, e estou a dizer que quero ressarcilos do esforço financeiro da água. Mas acho que também temos que refletir sobre o que aqui há, em tempos em que há muitos recursos é mais fácil, quando há menos temos que todos racionalizar, eu penso que esta Assembleia toda concorda com isto, o esforço não pode ser só de uns tem que ser de todos. É isso que eu quero fazer, que fique claro, sou o maior defensor das IPSS"s sempre me bati por elas, e vou continuar a bater-me enquanto cidadão e enquanto autarca que acho que fazem um trabalho excepcional, substituindo-se ao público muitas vezes, e é isso que eu lhe quero garantir que vou fazer. Agora não se pode isentar porque trata-se de uma questão legal, é só isso, se fosse legal eu continuava como estava, agora quer que venha a ERSAR sobre mim! Ainda ontem tive reunião da Associação de Municípios houve lá um problema de uma empresa que reclamou de um concurso que ainda estavam lá os anteriores autarcas há não sei quanto tempo, sabe o que vem dizer a decisão do tribunal que a empresa tinha razão e que o Presidente da Associação de Municípios, o Presidente Hernâni e o vogal Jorge e o de Mogadouro, ou resol-

vem o problema rapidamente ou vão pagar quarenta euros por dia à empresa. Eu é que vou pagar? Uma coisa que não fui eu que fiz! Está a ver como é que é a lei. Não quero vir a ser acusado disto, não acha que tenho de defender a situação legal, acho que é justo que a defenda, é isso que eu estou a fazer foi isso que eu lhe expliquei. O regulamento foi aprovado nesta Assembleia por cinquenta cêntimos e eu não era membro da Assembleia, desculpe, mas é que foi aprovado por cinquenta cêntimos, eu não lhe disse que íamos fazer o esforço e a avaliação e se tivéssemos que descer descíamos, não disse isso aqui? Não quer ouvir, então pronto! Foi o que eu disse, vamos fazer a avaliação ver qual é o esforço, mas atenção quando for a um cêntimo para os idosos que estão nas IPSS's porque são eles os beneficiários vamos ter que a pôr também a um cêntimo para os idosos que estão em casa, é isso que defende? Percebi claramente o seu sentido de justiça! Relativamente ao senhor membro Jorge Fernandes a temática dos incêndios, tem toda a razão. Foi para lá a máquina da Câmara e solicitei ao colega de Mogadouro que enviou (não sei se foi usada) e ao colega de Bragança que se prontificaram a trazer a máquina em perfeita colaboração com o comandante Noel Afonso. Infelizmente acontece isso. Curiosamente este ano foi em Argozelo, justamente onde a máquina andou mais tempo! É evidente que são os presidentes de junta que conhecem o terreno. Tinham lá um sobreiral da junta que foi todo limpo, ainda bem que o incêndio não chegou ali. Nós temos feito esse trabalho por todo o concelho com o técnico a florestal dar o seu parecer, aliás antes de ir para lá a máquina vai lá o técnico florestal ver. Agora quero dizer-lhe uma coisa, penso que foi o ano passado aquele incêndio que houve em S. Joanico andou lá a nossa máquina de rastos também, sabe que tivemos que andar a pôr vedações a privados! Fomos salvar o que era dos privados e depois tivemos que ir pôr as vedações que as deitamos abaixo. Sabe que já tive aqui uma senhora que se veio queixar que se fez um corta-fogo e que se entrou na terra dela e de outro que até lhe queriam mudar o marco. Não é nada fácil isto! Nós não podemos entrar nos terrenos privados. Nos caminhos nós, este ano e nos anos anteriores, temos feito investimento para que se possa ter melhor acesso a essas áreas. Limpamos a floresta, um trabalho excecional em Pinelo, e não se esqueça que a equipa de sapadores florestais tem que fazer o tal trabalho público obrigatoriamente, senão podemos ficar sem ela, e limpou o pinhal de

Pinelo, andou lá, limpou o de S. Joanico, aliás é indicada pelos serviços florestais como uma das melhores equipas. Esse trabalho está a ser feito, tem de ser replicado, nós limpamos em Junqueira caminhos, em Angueira limpamos e abrimos caminhos, é evidente que o concelho é muito grande. Olhe é por isso o concelho tem quatro mil e seiscentos pessoas, mas tem quatrocentos e oitenta e dois quilómetros quadrados. Não se esqueça disso e temos de gerir esses quilómetros quadrados. Uma junta de freguesia de uma área urbana do litoral não tem que gerir caminhos. Gastamos muito dinheiro em combustível e nas máquinas, só as lagartas do caterpillar novo custaram vinte e cinco mil euros, e esse é o investimento que se faz. Eu percebo e tem toda a razão, e a máquina foi logo para lá, e depois quando há o incêndio, o objetivo é proteger primeiro as pessoas e depois os bens. Se entrar pelo particular entrou mas quando é para limpar os caminhos vai lá o particular e diz, aqui não passa. Quem nos dera a nós que eles nos permitissem passar e então, em vez de os fazer o corta fogo com sete, oito ou nove metros fazíamos com catorze ou quinze, quem nos dera a nós que era isso que devia ser feito. Quanto mais largos forem melhor, porque, como viu, o incêndio que lavrou ali na zona entre Carção e Argozelo chegou a passar para o lado de cá da estrada nacional! Portanto, não é só os corta-fogos que resolvem o problema têm é que ser largos. E aquela estrada nacional que é bastante larga o fogo passou como vocês viram, vê-se lá o queimado. Esse trabalho tem sido feito, agradeço, continuo a achar que a área florestal é fundamental, considero que é uma fonte de riqueza e continuo a acreditar que no nosso concelho tem de apostar na produção de determinados produtos. Ainda na quarta-feira estive aqui o engenheiro Francisco Pavão a tratar de outras situações e ele dizia-me: vocês aqui deviam apostar fortemente na amêndoa, porquê? Porque os vossos terrenos são soltos são mistos, a amêndoa é uma planta que resiste bem. O castanheiro está a ter os problemas que tem, eu aconselhava-vos a apostar na amêndoa, por exemplo, porque nós hoje sabemos que há variedades de floração mais tardia que pode evitar a geada e este ano que é um ano de muita amêndoa pode ser que as pessoas possam motivar-se. Já tivemos muita amêndoa só que depois foi abandonada e nós hoje vemos novas plantações. Nós estamos atentos a essas situações, e as pessoas muitas vezes, nós sabemos que, vão pelas modas, infelizmente vão pelas modas, mas isso são também os serviços da agricultura e eu já

apresentei essa preocupação ao senhor Diretor Regional que têm que ser eles também, juntamente com os agricultores, aconselhá-los às culturas que devem colocar. O nosso gabinete, como diz bem, tem um excelente técnico, as máquinas da Câmara têm feito esse trabalho vão continuar a fazê-lo e quero-lhes dizer que também este trabalho da proteção da floresta de arranjo de caminhos é um trabalho que fica muito oneroso porque são máquinas muito pesadas. Mas, vamos continuar a fazê-lo, as máquinas não vão parar por causa disso, vão continuar a fazer esse trabalho porque de facto a área da floresta e depois atrás da floresta vêm os empregos diretos e indiretos, vêm as outras atividades como a apicultura. É fundamental e agradeço essa observação. Relativamente ao senhor membro Serafim João que deu aqui a ideia de poder desenvolver nas instalações da escola, houve épocas que a escola não tinha essa abertura, registo positivamente essa abertura e acho que é uma hipótese que devemos estudar. Eu ouvi os comentários e as expressões, mas é verdade, até porque o José Carlos sabe que foi muito difícil instalar o pré-escolar na escola, é ou não é verdade José Carlos? Houve reações enérgicas e eu também me impus, é verdade, eu não estou aqui para atacar ou não atacar estou a dizer o que é a verdade. E estou a notar esta evolução de posição, se calhar hoje há menos alunos e há mais espaço no centro escolar que na altura não havia, estou perfeitamente à vontade não estou aqui a fazer politiquice, nem coisas do género, esta é a verdade o José Carlos pode-o confirmar. Esta proposta que está a fazer o senhor Diretor se eu falar com as educadoras sei que vão reagir negativamente, porque sempre disseram, o José Carlos sabe, que não queriam que o prolongamento fosse feito nas salas onde eles têm aulas. Foi-me dito a mim pelas educadoras, o José Carlos é testemunha disso. Elas não gostam que lhe mexam no espaço delas, e se calhar têm alguma razão. Registo a abertura do senhor Diretor, e o que eu disse é perfeitamente verdade. O José Carlos sabe da luta que foi pôr-mos o pré-escolar naquela parte, rés-do-chão, ao lado do conselho diretivo, sabe perfeitamente. Depois, tivemos que fazer obras. Fizemos e colocamos lá os alunos, porque achei que estavam melhor ali do que estavam na escola Conde de Ferreira que para irem à casa de banho tinham que ir pela rua, isto era a verdade. De quem foi a reação? Não foi do José Carlos, foi das educadoras. Estou a dizer que foi da escola, as educadoras fazem parte da escola. Eu registo com agrado esta evolução que

poderemos avaliar. Relativamente à questão das amas e ao que viu na comunicação social, senhor membro José Manuel é assim: as amas é para os meninos de um, dois e três anos. Aí a Câmara não tem responsabilidade nenhuma, o papagaio é que tinha creche que era particular. Ora, fechando o papagaio, eu fiquei preocupado, mesmo não sendo competência minha, mas como autarca, comuniquei diretamente ao Diretor da Segurança Social que tinham que resolver o problema. A forma de resolver o problema é ter mais amas para quê? Para que as famílias que têm crianças pequeninas, bebés até aos três anos, os possam ir colocar nas amas, esta é uma resposta pública, as amas é só para isso. O que acontece é que fiquei preocupado, e então o papagaio fecha e fecha a creche e fecha a componente de apoio à família o ATL. Para onde os pais vão levar os bebés? Obviamente comuniquei imediatamente a minha preocupação, que é também a preocupação dos pais, ao Dr. Martinho que é o responsável pela segurança social". -----

Usou da palavra a senhora membro Maria Merênciã Machado. Disse:" vamos lá ver se percebi bem ou mal. A obrigação da Câmara, a parte pública é até às cinco e meia só. Portanto, das cinco e meia às sete não tem qualquer obrigação, mas pode. Mas, aí também já pode dizer às pessoas: não ponham o menino na misericórdia, também lhe pode dizer desenrasque-se, não tem obrigação. Quando as pessoas dizem eu não ponho na misericórdia a Câmara também não tem obrigação de lhes arranjar uma solução entre as cinco e meia e as sete". -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:" Não tem essa obrigação mas, obviamente, sabendo que há pais que só os vão buscar às seis horas, faz o esforço de os ter lá das cinco e meia às seis. A obrigação do apoio à família é até às cinco e meia, mas pode assegurar, se quiser obviamente, a lei permite-lhe isso. Por isso é que depois os pais, presumo, pagam às instituições onde eles estão, porque a Câmara paga só até às cinco e meia, o restante têm que pagar os pais". -----

----- Usou da palavra o senhor membro Carlos Ataíde Fernandes. Disse:" O meu espírito pode não estar confuso mas tem algumas dúvidas e tenho estado aqui atentamente a ouvir as explicações do senhor Presidente da Câmara e também ouvi ali a ideia do senhor Diretor Serafim João com agrado. Acho que é uma ideia excelente, mesmo excelente, e com grande interesse para a

Câmara. Sempre fui adepto que o estado deve entregar sempre as questões de fazer e mandar fazer ao privado, neste caso parece-me que o privado não está a funcionar. O privado não está a funcionar, há uns que dizem que não põem os filhos na Misericórdia, há outro que não funciona. Queria perguntar ao senhor Presidente, afinal para onde pensam mandar os filhos das pessoas que não querem colocar na Misericórdia. Pelo que ouvi atentamente, não moro cá não sei o que se passa por aqui não conheço as instituições, mas gosto de ouvir e também gosto de dar a minha opinião. Eu sou todo a favor, se a escola está preparada, tem condições físicas, pessoal não sei se terá mas também não será difícil contratar, há falta de professores e de emprego que há por aí, todos os dias se vêem queixas na televisão, não será difícil à escola contratar alguém e que tome conta dos miúdos o tempo que for necessário. Não era preciso andar a transportá-los de um lado para o outro, não era preciso coisa nenhuma, tem lá a cantina tem condições para tudo. Sou da opinião de continuarem até ao final do dia na escola. Relativamente à água, um assunto muito polémico, também sou a favor que a água seja paga por toda a gente. O Presidente disse que as pessoas que estão em casa sozinhas, ou seja os idosos também pagam a água. Quer dizer, as pessoas que estão nos lares ou nas instituições poderão mais tarde ter um favorecimento, concordo, falou no prémio do Carnaval dos quinhentos euros, poderá ser mil poderá ser dois mil de modo a compensar um bocadinho esta situação. Mas a água tem que ser paga por todos, a água é um bem público. Porque é que se perde tanta água? Queria perguntar, só em termos de água que sai do rio, qual é a percentagem que é faturada mais ou menos. Quarenta por cento, era a ideia que eu tinha. Acho que, manifestamente, é um valor muito baixo, não pode continuar assim, a água é um bem público, devia ter e no final do ano a Câmara dizer assim: gastamos tanto de água, já tínhamos falado em reuniões anteriores para ter contadores em tudo que gasta água". -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:" Presumo eu que o senhor Diretor também lança agora este desafio porque hoje a escola tem condições que em outros tempos não teve, condições de conforto de espaço porque antes não tinha essas condições. Por exemplo, antes, se calhar, era mais confortável estar lá em cima na escola primária. Vejo com muito bom agrado a possibilidade de diminuir os custos, e dizer que nós estamos a

assegurar este prolongamento, estamos com gente que fomos buscar ao desemprego. Neste momento é com essa gente que nós estamos a trabalhar, ou seja, não contratamos ninguém especificamente, aliás se houvesse contrato teria que vir a esta Assembleia. Não contratamos ninguém, especificamente, para essa atividade. Portanto, que fique claro que, neste momento estamos a conseguir e com gente qualificada, com formação na área. Relativamente à água já sei que a sua opinião, do membro Carlos Fernandes, sempre foi esta: aquilo que se consome tem que ser pago. Temos de ter, às vezes, também algum cuidado porque também andamos na auto-estrada e não a queremos pagar, mas de qualquer das formas registo. Mas, repito: o compromisso do executivo é, juntamente com as IPSS"s, apurar o esforço financeiro que vão fazer com o pagamento da água e depois ver até que ponto é que é um esforço grande ou pode ser diminuído e ressarcir-los como lhes disse e lhes foi transmitido isto. Sublinho é a questão legal". -----

----- Usou da palavra o senhor membro Jorge Fernandes. Disse:" Não sei se esta minha questão será agora um pouco descabida mas tem a ver com o funcionamento da Câmara e com o olharmos para o futuro em relação a algumas situações. Falou-se, há poucos dias tive conhecimento que essa empresa o papagaio vai fechar. É uma questão mais dirigida ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, Presidente da Câmara na altura. Foi uma empresa que se instalou no concelho, solicitou uma escola primária que estava fechada em protocolo, e eu fiz parte da reunião de Câmara da aprovação dessa questão de cedência das instalações à empresa a um custo simbólico. A empresa não pagou as instalações mas o que é certo é que a Câmara fez obras. (o senhor Presidente da Câmara informou que a Câmara não fez obras nenhuma). Então pronto era só o que eu queria saber se a Câmara fez algum investimento ali, ou se não fez. Se fez que protocolo foi feito na altura porque já não me recordo já foi há algum tempo, porque se calhar coloca-se também esta questão. Estou esclarecido era uma dúvida que eu tinha porque já não me lembrava com precisão do protocolo que a câmara tinha feito, mas foi a cedência do espaço, ainda bem que foi revitalizado e agora será revitalizado para outras atividades". -----

----- **Ponto Dois) PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto Dois Ponto Um) Informação escrita do Senhor Presidente da**

Câmara relativa à atividade municipal. -----

----- Usou da palavra o senhor membro Manuel Oliveira. Disse:” Queria aqui sublinhar o grande esforço que esta autarquia tem vindo aqui a fazer para fixar aqui a gente. O apoio que tem dado aos eventos principalmente no concurso de raça mirandesa, o apoio que eles têm dado, os prémios, acho que é um incentivo à criação de raça mirandesa. Eu queria vir de manhã mas não pude estar por motivos de saúde mas de tarde fiz um bocadinho de esforço para trazer o meu garoto à luta de touros e vi a quantidade de gente que ali se deslocava. Tudo isto é movimento é a economia que mexe. Mesmo no festival de música celta em Santulhão, todos estes eventos, a festa dos idosos, acho que está no bom caminho e acho que esta autarquia tem feito bastante esforço para que o concelho mexa”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Disse:” Só agradecer, de facto a nossa obrigação é fazer aquilo que já fazíamos antes e melhorá-lo. Pensamos que o concurso de bovinos, às vezes há percalços, mas é considerado um dos bons concursos. Correu bem, as pessoas aderiram. Temos que dinamizar o concelho e é desta forma que o dinamizamos. Obviamente que, no mês de Agosto a dinâmica é muito mais visível porque há muita mais gente, temos os nossos emigrantes connosco e, portanto, facilita. Hoje o grande desafio é continuar a conseguir fazer as coisas arranjando outras estratégias porque temos que gastar menos dinheiro, mas, pelo menos, os prémios do concurso de bovinos da raça mirandesa mantiveram-se, e se em próximos anos houver a possibilidade de os aumentar, gostaríamos de os aumentar porque de facto esse dinheiro é dado a quem trabalha aqui e a quem produz aqui. De referir que as lutas de touros é só para touros do concelho. Nas lutas de touros, do dia de S. Lourenço, não vêm touros de fora, são touros do concelho as lutas são combinadas pelos proprietários, e não há prémios para o primeiro, nem segundo nem terceiro, os prémios são iguais para todos, o que ganha e o que perde. A ideia é da participação é da colaboração na festa”. -----

----- Ponto Dois Ponto Dois) – Apreciação e Votação da Análise Económico-financeira das Contas do Município de Vimioso reportada ao 1º semestre – Junho de 2014. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:” Todos os membros possuem esse relatório que é feito pela sociedade revisores de con-

tas contratada pela Câmara Municipal. Também sabem que ele tem periodicidade semestral e portanto está aí o relatório que respeita ao primeiro semestre. Permitam-me que, brevemente, faça aqui alguma abordagem. A análise económico-financeira tem como referência o primeiro semestre de dois mil e catorze, até trinta de Junho de dois mil e catorze. Para efeitos da análise da situação e evolução patrimonial procedeu-se à comparação dos dados reportados a trinta de Junho de dois mil e catorze com os de trinta e um de dezembro de dois mil e treze. Resulta da presente análise económico-financeira o aumento do ativo total em um por cento, a diminuição do passivo em sete por cento, e o aumento dos fundos próprios em cinco por cento. Desta análise, dos indicadores referidos, conclui-se pelo equilíbrio financeiro do município. A rubrica de empréstimos obtidos registou um decréscimo de seis por cento, os custos com o pessoal registaram uma diminuição de oito por cento, e o ativo circulante ou seja as existências e o dinheiro em caixa, apresenta-se suficiente para financiar integralmente o passivo circulante, ou seja a dívida a curto prazo e a fornecedores. O rácio de liquidez imediata revela que o total das disponibilidades assegura a cobertura integral das responsabilidades a curto prazo. O município cumpre o princípio orçamental do equilíbrio uma vez que a despesa corrente se encontra coberta pela receita corrente. Conclui-se também pelo cumprimento integral da legislação aplicável quanto aos limites do endividamento líquido e de médio e longo prazo”. -----

----- Não tendo havido intervenções / pedidos de esclarecimento, o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

----- Ponto Dois Ponto Três) – Apreciação e Votação das Taxas do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:” A exemplo dos anos anteriores, na reunião de quinze de Julho da Câmara Municipal deliberamos manter as taxas mínimas quer para os prédios rústicos quer para os prédios urbanos. Foi essa a deliberação que tomamos e é agora submetida aos senhores membros desta Assembleia para também deliberarem sobre esta proposta”. -----

----- Não tendo havido intervenções / pedidos de esclarecimento o senhor

Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação tendo este sido aprovado por unanimidade. Colocado a votação em minuta foi aprovado por unanimidade. -----

----- Ponto Dois Ponto Quatro) – Apreciação e Votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem – Ano de 2015. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:” Referir que, também todos os anos trazemos aqui estas taxas que têm a ver com as telecomunicações. Só para terem uma ideia, isto está na taxa máxima porque o município no ano de dois mil e treze arrecadou, com esta taxa, quinhentos e setenta euros. Este ano já vai em quatrocentos e setenta, ou vai em quinhentos, a receita da câmara com esta taxa. A taxa máxima, resulta para o município numa receita de quinhentos e setenta euros por ano, não é por mês é por ano, por isso é que nós decidimos manter a taxa máxima porque isto é praticamente irrisório”. -----

----- Não tendo havido intervenções / pedido de esclarecimentos o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta foi aprovado por unanimidade. -----

----- Ponto Dois Ponto Cinco) – Apreciação e Votação “ Lei das Finanças Locais – art. 26 – Participação Variável no IRS – Ano de Rendimento de 2015. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:” Também a exemplo dos anos anteriores, este ano é mesmo obrigatório comunicar, eu sei que há da parte desta Assembleia posições diferentes. Mas, atendendo a que o recursos da Câmara Municipal são cada vez menores e o que sempre nós dissemos é que esta receita (rondará os sessenta, sessenta e cinco mil euros) é aplicada na política social. Basta ver aí nesse relatório que nem é suficiente para a política social que praticamos. E dessa forma a Câmara Municipal, mais uma vez, deliberou que os cinco por cento da taxa variável do IRS de acordo com a lei das finanças locais ficam, na integralidade, para o município”. -----

----- Usou da palavra o senhor membro Jorge Fernandes. Disse:” A minha opinião em relação a este assunto já é conhecida. Todos os anos, desde o primeiro ano que esta lei foi aplicada, sempre defendi a mesma posição. A minha posição é a seguinte: que esta taxa seja dividida, é de toda a justiça que fique

dois e meio por cento para o contribuinte, dois e meio por cento para a Câmara. Agora, dir-me-ão, como já disseram no ano passado, que os que mais ganham são os mais beneficiados. Mas, os que mais ganham não são aqueles que mais contribuem! Bem sei que a aplicação, o destino que a Câmara dá a este dinheiro, é bem dado, acho que é bem aplicado. Mas, também é uma discriminação positiva para todos aqueles que trabalhando aqui, ou não trabalhando aqui no concelho contribuimos fiscalmente para o concelho. Haverá aqui pessoas que vão votar este assunto e se calhar votaram na vereação não sei, desconheço, que fiscalmente não contribuem aqui no concelho. O repto que eu lanço é que este ponto da ordem de trabalhos seja votado por quem contribui fiscalmente para o concelho. Quem está aqui e fiscalmente não está inscrito no concelho que se abstenha pelo menos nesta votação. É um repto que eu lanço. Se os contribuintes pouparem dois e meio por cento, estou perfeitamente convencido que haverá mais contribuintes aqui inscritos fiscalmente no nosso concelho. E se calhar essa receita dos sessenta mil euros, na minha ideia, se os dois e meio ficarem para os contribuintes, essa receita para a Câmara baixará em cerca de trinta mil euros, mas estou convencido que serão atraídos outros contribuintes para o concelho. E, se calhar, até irá subir a receita, é a minha opinião pessoal, sempre defendi isto e debato-me com isto porque com tanta sobretaxa que o contribuinte já tem que lhe foi aplicada, será um ato simbólico. Ora, se damos dinheiro ao bebé do ano, se damos dinheiro a mil e uma coisa, claro que é dado de uma forma racional, o contribuinte trabalha no dia a dia que cria trabalho a outras pessoas e que alguns com muita dificuldade que têm os filhos a estudar e com dificuldade para sustentar algumas despesas, não será uma discriminação positiva à semelhança do que é feito em Miranda, à semelhança do que fizeram outros concelhos. No fundo, acaba por ser um ato simbólico, mas se a Câmara já tem alguns atos simbólicos em relação a algumas medidas de apoio, porque não nesta também, é dinheiro que sai dos contribuintes, que o estado na altura regulamentou e deu a possibilidade às Câmaras Municipais de encaixarem esta receita extra". -----
----- Usou da palavra o senhor membro Carlos Fernandes. Disse:" Faço minhas palavras as do Jorge, algumas, não é todas. Como bem sabes durante quatro anos ambos defendemos essa política de apoio às pessoas que residem cá no concelho. Eu não resido, também não tenho domicílio fiscal cá no conce-

lho, mas também sou a favor disso e também acho que tenho direito de votar porque sou membro da Assembleia como todos os outros. Não é abster-se ou deixar de abster-se, sou membro da Assembleia como todos os outros, fui eleito pelo povo e cá estou para representar quem me elegeu. Relativamente à questão do apoio e do desconto para pessoas que residem cá, é óbvio que é importante, há câmaras que dão os cinco por cento às pessoas que residem. Já hoje aqui falamos que não há apoios para a natalidade, não há apoios para isto não há apoios para aquilo, que o estado não faz isto, não faz aquilo. A câmara também tem aqui uma arma que pode usar, dois e meio por cento ou cinco por cento pode parecer pouco mas, num salário de mil euros, são cinquenta euros, ao final do mês, dá para pagar as fraldas. Os sessenta e cinco mil euros que a câmara vai buscar com estes cinco por cento é para apoiar socialmente as classes mais desfavorecidas, estou de acordo e por isso, mesmo durante os últimos cinco anos sempre defendi que dois e meio por cento para os residentes com domicílio fiscal aqui em Vimioso e dois e meio para a câmara com o objetivo de mais tarde entregar às classes mais desfavorecidas, é uma boa justiça social. Por isso vou votar contra esta proposta da câmara, lamento imenso não poder abster-me ou votar a favor, mas vou votar contra neste sentido". -----

----- Usou da palavra o senhor membro José Granado. Disse:" Já é sabido por todos qual é a minha opinião sobre este assunto, sobre o votar ou não votar o Jorge fez um apelo ao voto eu não o vou fazer. Só fazer aqui um pequeno esclarecimento: o Carlos disse que num vencimento de mil euros que eram cinquenta euros, não é bem assim, as contas não são essas. Eu por exemplo desconto por ano de IRS oito mil euros. Em oito mil euros, cinco por cento, são quatrocentos euros. Eu hoje, com quatrocentos euros, não desconto cá mas, se a câmara de Vimioso, e como o Jorge disse e muito bem, desse incentivo (Vimioso distribui os quatrocentos euros por ti e pela câmara) eu se calhar pensaria e mudaria para cá o meu domicílio fiscal. Então, já aumentaria a receita e como eu se calhar outros. E mais, não é só a diferença das receitas neste aspeto, vocês sabem , o executivo sabe melhor do que eu que o fundo financeiro das transferências do estado também vem em função das pessoas que aqui têm o seu domicílio, portanto iríamos aumentar receitas. Provavelmente, não aumentaríamos muito porque somos poucos mas alguma coisa sempre

viria e se calhar iríamos ter indivíduos de Coelhoso aqui com o seu domicílio fiscal".-----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia. Disse:" Fui sempre defensor de ser para a autarquia até porque se calhar eu e mais alguns éramos os que mais descontávamos e seria os que mais beneficiaríamos. E a razão de estar contra isso, porque, eu bem gostava, no fim, não receber os quatrocentos euros mas receber para aí dois mil eu recebia para aí dois mil euros. Para mim, durante o ano era muito dinheiro, mas de qualquer das maneiras nem que fosse quatrocentos davam jeito, eu sempre defendi isso, penso que há concelhos que já fizeram isso, em que doam tudo ao contribuinte e não foi por isso que aumentaram o domicílio fiscal. Agora eu só convido e digo, alguém que seja amigo do concelho, deve se puder e se não trazer outros prejuízos, mudar para cá o domicílio fiscal". -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:" As opiniões já não são novas e neste ponto divergimos. Tenho dúvidas de que, se viessem muitos, como dizia o senhor Presidente, tenho quase a certeza que nunca iriam fazer os trinta mil euros se fosse os dois e meio. Tenho muitas dúvidas, até porque nós sabemos que a mudança do domicílio fiscal mexe com muita coisa, hoje até já mexe com o cartão de cidadão, carta de condução com isso tudo, portanto já não é assim tão simples, mexe com muitas coisas com o IMI das casas, se têm isenção ou não, por isso é que nós metemos a residência fiscal para o bebé do ano! Agora eu pergunto quanto é que se paga de derrama no concelho de Vimioso? O cobertor é pequeno, se tapamos a cabeça destapamos os pés se tapamos os pés destapamos a cabeça. Queremos redução da água, queremos o apoio social queremos isto e aquilo, mas não queremos que a câmara tenha receitas! A Câmara tem de ter receitas, se não, diminuámos o bebé do ano, diminuámos os apoios às famílias carenciadas nos livros, etc. Eu percebo a opinião, e eu também seria beneficiado, sou um contribuinte do concelho, seria muito beneficiado. A questão é esta: quem mais é beneficiado, são aqueles que ainda podem suportar, apesar da crise, toda este esforço, porque nós estamos exatamente a canalizar para aqueles que não podem suportar e que se calhar esses que estão a ser beneficiados nem IRS pagam a maior parte deles, ou pagam muito poucos. Porque, por exemplo, eu não sei se os agricultores pagam IRS, se calhar pagam mas, mesmo assim, com esta política

estamos exatamente a encaminhar o dinheiro para favorecer ou para proteger os mais desfavorecidos. A receita fiscal, quem nos dera que fosse bem maior, não é, mas também esta receita se não fosse atribuída aos municípios vinha depois pelo próprio estado, isto foi uma forma de o estado dizer, deixa cá ver como é que os municípios fazem. Se eles não dessem esta prerrogativa vinha na mesma do estado para as câmaras. Que seja então o estado a diminuir o IRS às pessoas”. -----

----- Usou da palavra o senhor membro José Granado. Disse:” A questão aqui senhor Presidente é que ninguém é beneficiado, ninguém vai receber dinheiros de nada de ninguém, é do próprio desconto do IRS que cada um faz, a câmara não lhe dá nada, a câmara não está a dar benefício a ninguém poderá é ter menos receita. O senhor Presidente disse ainda que se não der, o estado que vai transferir, não é o que vejo aqui, aqui diz assim: o município nada delibera e os mencionados cinco por cento reverte na totalidade para o estado, está aqui, aqui não se trata de beneficiar a) b) c) ou d) nem de ser aquele que ganha mais ou que ganha menos. A possibilidade que a lei tem é que as pessoas que descontam, que fazem os seus descontos, ir buscar mais alguns e depois deliberarem ou fazerem o que quiserem. A câmara aqui apenas defende os seus direitos e acho muito bem e tem optado pela opção que tem mas eu sou literalmente contra”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:” Eu só queria esclarecer que tem razão o senhor membro José Granado, tem toda a razão, o que eu digo é que isto mesmo vem nos artigos da lei das finanças locais, porque se este artigo não existisse estes tais cinco por cento que se lhe dá faculdade aos municípios de fazerem com eles o que entenderem eram transferidos na mesma pelo estado para os municípios. Se não houvesse esta lei, a câmara não decidia nada, o IRS vai todo para o estado só que o estado tinha que o dar na mesma. O que diz aqui é, se vocês não decidirem vem tudo para nós e aí é que já não dão, mas se a lei não existisse o estado dava-o, que era o que acontecia antes desta lei das finanças locais, porque isso é o que está na lei geral. Já agora, eu não sei, como é que estão as taxas do IMI noutros concelhos é que nós temos as taxas do IMI nos mínimos e há outros municípios que não têm, se forem a Alfândega não está nos mínimos, ou seja, já estamos a ajudar os contribuintes”. -----

----- Usou da palavra o senhor membro José Granado. Disse:” Posso dar a informação, sei que a nível de distrito há um ou dois concelhos que optaram pela taxa máxima concretamente Alfândega. Bragança posso-lhe dizer este ano não sei como vai ser, Vimioso dos urbanos é zero três, Bragança é zero três cinquenta e cinco ligeiramente mais alta”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse”. Aqui está a prova de que nós estamos a dar benefício no IMI. Bragança tem zero três cinquenta e cinco, nós temos zero três, o que significa que o município também pratica isso, estamos a pôr o IMI no mínimo. Agora dizemos vamos aumentar o IMI e alteramos o IRS, não sei se é assim tão justo!” -----

----- Não tendo havido mais intervenções / pedidos de esclarecimento o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação tendo sido aprovado por maioria, com os votos contra dos senhores membros Jorge Fernandes, Carlos Fernandes, José Freire, José Granado e Maria Merênciã Machado. Abstiveram-se os senhores membros José Cerqueira, e José Carlos. Colocado à votação em minuta o mesmo foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Seis) – Apreciação e Votação da Assunção de Compromissos Plurianuais – Autorização Prévia.** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:” Como os senhores membros já conhecem tem sido de alguma forma e recorrente trazer assuntos idênticos a esta Assembleia. Obviamente que ao longo do ano nós vamos assumindo compromissos que têm um carácter plurianual, e o que determina a lei é que sempre que tenham de se assumir compromissos financeiros plurianuais, tem de ter autorização prévia da Assembleia Municipal. Aparece aí exatamente essa tabela, várias das rubricas em que têm financiamento ou que têm compromisso plurianual do mês do ano de dois mil e catorze do presente ano até ao ano dois mil e dezassete. Portanto, é pedir à Assembleia esta autorização prévia para assumir estes compromissos”. -----

----- Não tendo havido mais intervenções / pedidos de esclarecimento, o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação tendo sido aprovado por maioria com a abstenção do senhor membro José Granado. Colocado à votação em minuta foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Sete) – Apreciação e Votação do Protocolo de Colaboração da Unidade Domiciliária de Cuidados Paliativos – Planalto**

Mirandês. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:” Cá está mais uma despesa social que a Câmara vai suportar, que até aqui não suportava, no total de seis mil euros. Como muitos conhecem, era bom que esta unidade não tivesse que existir, sinal de que não tínhamos tanta gente em situações de saúde muito delicada. Mas como sabem já foi assinado um protocolo há uns anos com a Gulbenkian que era quem financiava todo este projeto com a participação das misericórdias das três sedes do concelho Vimioso, Mogadouro e Miranda do Douro, e os três municípios Miranda do Douro, Vimioso e Mogadouro. Este protocolo é muito idêntico ao que foi assinado já há uns anos atrás, e, já no primeiro protocolo original, as câmaras assumiam um compromisso financeiro. Nunca houve necessidade de terem que o fazer. Agora há necessidade, porquê? Porque a Gulbenkian terminou o projeto que tinha a duração de três ou quatro anos, não posso agora precisar, e informou que não financiavam mais. Foi um projeto piloto se o quiserem continuar assumam a responsabilidade. Também decorreu outro no Alentejo penso que em Mértola e parece que correu mal, o nosso correu excepcionalmente bem e quero aqui publicamente reconhecer o trabalho da Dr.^a Jacinta de Miranda do Douro. Foi um trabalho excepcional que ela fez nesta Unidade Domiciliária de Cuidados Paliativos e todos os técnicos que com ela trabalharam. Existe uma entidade gestora porque tem que haver tipo um centro de custos que é a Santa Casa da Misericórdia de Mogadouro. O projeto este ano tem estado a andar com poucas verbas porque a Gulbenkian como lhes disse deixou de o financiar. Por isso mesmo, vem agora aqui também a ULS do Nordeste a integrar este projeto porquê? Isto é para fazer cuidados ao domicílio a doentes infelizmente já em fase, muitas vezes, terminal. Mas, acho que tudo o que seja diminuir a dor de quem está a sofrer e também das famílias que estão a acompanhar o familiar doente, acho que é um bom investimento, oxalá não fosse necessário ter que o fazer, como disse há bocadinho. Nós já reunimos e dizem-nos, a Dr.^a Jacinta e os técnicos, que são necessários trinta mil euros anuais para manter o projeto a funcionar. Vai haver um maior envolvimento da ULS com os técnicos dos Centros de Saúde que no chamado horário, digamos laboral normal darão praticamente todo o apoio. Mas, sábados, domingos e horário pós-laboral é necessário que esta unidade disponha de alguns técnicos, pagos a recibo verde, em função

das horas que trabalham, para acorrer a situações que venham a acontecer. Infelizmente, por exemplo, o senhor António Castanho teve o apoio desta unidade, como tiveram outros praticamente no concelho que têm este problema, têm o apoio desta unidade. A forma que encontramos, fui eu que fiz esta proposta, porque era o mais beneficiado, é que estes trinta mil euros fossem suportados em função da população de cada concelho. Embora me tenha dito a Dr.^a Jacinta que o concelho de Vimioso, infelizmente, é dos que tem mais doentes nestas situações, até temos mais comparativamente com os outros, até acho que temos mais do que Miranda e temos menos gente. Daí esses valores que vêm aí: Mogadouro vai pagar os catorze mil e qualquer coisa, Vimioso seis mil e Miranda nove mil e seiscentos, salvo erro, que perfaz os trinta mil. Foi aceite pelos colegas. Provavelmente, vai-se comprar mais uma carinha para ficar em Vimioso. Eu disse que devia ficar em Vimioso já que uma tem ficado mais em Mogadouro e outra em Miranda. Temos que assumir o combustível desse carro como também revisões. Esta é daquelas coisas que eu acho que temos mesmo que fazer, que é fundamental. O ano passado não pagamos, são mais seis mil euros, é o que eu lhes digo, o cobertor é pequeno, mas há coisas que nós temos mesmo que assumir porque é uma obrigação ética, moral de todos nós, socorrer os nossos concidadãos que infelizmente vivem situações dolorosas. Atenção que o acompanhamento às famílias não é só durante o estado da pessoa, às vezes é posterior à pessoa com psicólogos e com assistentes sociais. Esse trabalho está a ser feito, é louvável o trabalho e sublinho o reconhecimento público de todos os técnicos e em especial à Dr.^a Jacinta". -----

----- Usou da palavra o senhor membro José Granado. Disse:" Eu concordo plenamente com este protocolo. Lamento ele não ser mais abrangente, porque há outras instituições e estou a lembrar-me concretamente da Santa Casa da Misericórdia de Santulhão, da Santa Casa da Misericórdia de Algosó e outras instituições que deviam ter algum apoio. Os custos senhor Presidente como bem disse, e toda a gente percebeu são seis mil euros, mas não são só seis mil euros porque depois acrescentou exatamente muito bem os custos com o veículo. É só para dizer que se calhar podia-mos fazer mais alguma coisinha se possível.-----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:" Explico: não é

só ser a questão das Misericórdias, a única coisa que as Misericórdias vão colaborar, se virem aí, é com a Unidade Móvel de Saúde isso vão fazê-lo, financeiramente nem um cêntimo. É evidente que se tiverem lá um fisioterapeuta ou um enfermeiro se for necessário ir eu sei que vai, e é assim: os outros também podem ir e nós sabemos que havia técnicos da Misericórdia de Alagoas que iam à casa das pessoas. A ideia foi pôr uma de cada concelho era a da sede do concelho porque aqui é só mais a questão de reforçar o protocolo e por causa das carrinhas da Unidade Móvel de Saúde, que neste caso só Vimioso é que tem". -----

----- Não tendo havido mais intervenções / pedidos de esclarecimento, o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

----- Ponto Dois Ponto Oito) – Apreciação e Votação da Autorização da Proposta para abertura do Procedimento Concursal e definição do júri do concurso – Chefe de Divisão Económico-social e Cultural. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:" Como os senhores membros sabem, fruto da lei, também o quadro da Câmara Municipal já foi alterado o ano passado e das sete divisões, sendo que estão dotadas seis, vão passar a existir três de grau dois e uma de grau três. As de grau dois são exatamente iguais às que estão aqui. Temos três divisões, vão ficar só três divisões. A partir de Julho do próximo ano haverá só três chefes de divisão. Neste momento, como eles ainda estavam na comissão de serviço, entendeu a Câmara deixá-la continuar até ela cair pelo prazo que estava, porquê? Porque quem estava nessa posição tinha direito a ser indemnizado por esse tempo, então o melhor é que fique na função até ela terminar. A comissão do chefe de divisão económico-social terminou, foi nomeado em comissão de serviço e diz a lei que depois temos os seis meses para abrir o concurso que tem que vir à Assembleia Municipal. O que nós estamos aqui a pedir é para abrir o concurso para o chefe de divisão na área económico-social e cultural e estamos a propor para júri: presidente o Dr. Paulo Alexandre Afonso Abreu advogado em Bragança, vogais efetivos: Solange de Jesus Rodrigues Delgado e o Vítor Filipe Afonso Ventura que também eles são chefes de divisão bem como também os suplentes. De referir que em novembro termina outra chefia de divisão em

Janeiro outra e depois em Julho mais três. Estamos a seguir a normativa legal, vamos ficar na prática a partir de Julho só com três divisões”. -----

----- Usou da palavra o senhor membro Carlos Fernandes. Disse:” Queria questionar o senhor Presidente da Câmara, esta divisão económico-social e cultural é uma das que vai ficar? Era só isso, é que é importante para a minha decisão”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:” Sim, é uma das que vai ficar. Mudou o nome mas é uma das que fica. Já existia e essa é uma das que fica o que nós entendemos e aliás já foi em reunião de câmara quando o senhor membro era vereador e foi aprovado o novo organigrama, vamos ter uma chefia de divisão para as obras, outra administrativa e financeira (neste momento são duas) e outra económico-social e cultural. São as três grandes áreas que temos, portanto cada uma das grandes áreas que temos vai ficar com uma chefia desta natureza”. -----

----- Usou da palavra o senhor membro Jorge Fernandes. Disse:” A minha questão era saber das sete que existem quais é que deixam de existir e quais ficam, a justificação já me foi dada. Agora se calhar também importa esclarecer quais os critérios pela extinção das outras divisões, ou não de tanto realce de importância para estas”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:” Eu recordo que o senhor vereador votou favoravelmente o novo quadro da Câmara Municipal e portanto devia saber isso, porque foi votado quando o senhor era vereador”. ----

----- Usou da palavra o senhor membro Jorge Fernandes. Disse:” A mim choca-me de certa maneira, eu já estou nesta Assembleia parece-me que é o terceiro mandato que estou por aqui, há determinados assuntos que eu realmente os sei, mas o que a mim me choca é ver pessoas que constantemente entram aqui caladas e saem mudas. Nesta Assembleia sempre foi assim. Portanto, penso que estes esclarecimentos mesmo quem já saiba estas informações é de todo que a restante Assembleia saiba, a restante Assembleia sabe mas pode haver elementos na secção que supostamente não preparam as coisas e não saibam, e é de todo o interesse que sejam esclarecidos”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse:” Só queria dizer-lhe e também disse ao senhor membro Carlos Fernandes que isto já foi votado, veio a esta Assembleia no anterior mandato. Portanto, eu repito, havia

três divisões na parte de obras vai passar a haver uma, mais uma de terceiro grau que não é igual a esta, portanto é um chefe de divisão mas de terceiro grau porque a lei o permite, e essa não estamos a pensar pô-la a concurso, pode vir a ser necessário mas não estamos a pensar pô-la a concurso, até porque um técnico superior e um chefe de divisão de terceiro grau acho que ainda ganha mais um técnico superior, não fará grande sentido. Criamo-la porque pode vir a fazer falta, não significa que seja dotada. Portanto caem duas das obras, cai a de informática, e a de administrativa e financeira que eram duas, passa a haver uma. É o organograma da câmara municipal. Porque é que isto aconteceu? Porque a lei impôs a diminuição de chefias. Isto é da lei e, obviamente temos que cumprir a lei". -----

----- Não tendo havido mais intervenções / pedidos de esclarecimento, o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação tendo sido aprovado por maioria. Abstiveram-se os senhores membros Jorge Fernandes, José Granado e Merência Machado. Colocado à votação em minuta o mesmo ponto foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Nove) – Apreciação e Votação da Proposta de Renovação da Autorização de Procedimento Concursal – Recrutamento Excecional – Técnicos Superiores - Áreas de Informática e Arquitetura. ---**

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:" Como bem sabem na última Assembleia, penso que em abril ou Junho foi aqui deliberado, penso que até por unanimidade, abrir estes concursos. O que diz a lei é que após a deliberação da Assembleia há seis meses para concretizar. Vêem aí na informação que há sempre prazos que não se conseguem cumprir, as audiências prévias tudo mais. Para o concurso de arquitetura a informação que eu tenho dos serviços é que está mais avançado, eventualmente até terminará não sabemos dentro do prazo mas por uma questão de precaução. O de informática está mais atrasado o que significa que a Assembleia tem que renovar a deliberação que tinha anteriormente de dar mais seis meses para que o concurso decorra, e esperemos que agora nesses seis meses ele termine". -----

----- Usou da palavra o senhor membro José Granado. Disse:" Quando estava a ler este documento que foi aprovado efetivamente dia vinte e cinco de abril, recordo-me bem e seis meses portanto irá acabar dia vinte e cinco de Outubro. Esta prorrogação do prazo ocorre desde que devidamente fundamentado. A

fundamentação está aqui mas tenho aqui uma dúvida: outros motivos de dilação do prazo previsível resulta dos procedimentos dos respetivos júris do concurso dilatados por motivos de férias dos seus membros. Eu sinceramente e com toda a verdade vos digo não sei quem são os candidatos nem quero saber, mas pus aqui assim um parênteseinho , dos seus membros ou dos concorrentes!” -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:” É mesmo dos membros. Informo que o Presidente do concurso de arquitetura é o arquiteto Duarte Nuno Moscoso, portanto é ele o arquiteto é professor, obviamente que no mês de Agosto como os outros penso que são funcionários da câmara municipal também tiveram férias. Muitas vezes não conseguem reunir-se os três, ao mesmo tempo, um pode outro não pode e tem havido atrasos de facto. Mas não tem a haver nada com os concorrentes tem mesmo a ver com os membros, porque os candidatos têm que vir quando os chamarem, estejam de férias ou não têm que vir, agora os membros não”. -----

----- Usou da palavra a senhora membro Maria Merênciã Machado. Disse:” É só um pequeno esclarecimento: porque é que diz aqui que a aplicação do método de seleção avaliação curricular não é aplicável nestes casos? -----

----- Respondeu o senhor Presidente da Câmara. Disse:” Penso que tem a ver com a questão da lei, porque quando é para trabalhadores sem vínculo à função pública que é o caso deste contrato, não é a avaliação curricular, penso que é mesmo, posso depois confirmar, a prova escrita de conhecimentos e a entrevista. A avaliação curricular penso que se aplica no caso, por exemplo, ter concorrido um concorrente que já tem vínculo à função pública, e aí não faz a prova de conhecimentos faz a avaliação curricular. Penso que é essa a questão. É o que está na lei. Nós abrimos por tempo indeterminado para os que têm vínculo e para os que não têm vínculo, e se concorresse alguém que já tivesse vínculo, ao concorrer até tem lá uma anotação que ele pode optar por não fazer a prova de conhecimentos. Se quiser fazer pode, mas pode optar, e aí tem que haver outra avaliação que é a avaliação curricular”. -----

----- Usou da palavra o senhor membro Aníbal do Rosário. Disse:” Eu queria pedir um esclarecimento que me surgiu agora uma dúvida. O senhor Presidente disse que o concurso de informática demoraria mais tempo. Será pelo facto de haver muitos candidatos?”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:” Nós o arquiteto já o devíamos cá ter, porque se for ver as informações do Engenheiro Pinto diz: atenção que eu não sei se tenho bem a competência para avaliar este processo que entrou. Porque, tem que ser por um arquiteto. Ambos são urgentes, mas tenho a informação que o concurso de informática está mais atrasado.”. ---

----- Não tendo havido mais intervenções / pedidos de esclarecimento, o senhor Presidente colocou o ponto à votação tendo este sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta foi aprovado por unanimidade. ---

----- Ponto Dois Ponto Dez) – Apreciação e Votação de abertura de Concurso Para Recrutamento de Trabalhadores para Atividades de Enriquecimento Curricular AEC”S. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:” Como bem vêm acho que devia ser acrescentado, no final do ponto, um tracinho e pôr ratificação, é o que vem na ata da reunião de câmara. Na verdade, o concurso já decorreu já foram selecionados os das AEC”S. O que acontece é o seguinte: este concurso, como sabem, é feito numa plataforma do Ministério da Educação e o Ministério da Educação só pôs a plataforma disponível e só disse como eram os critérios depois da Assembleia de Junho. Ora nós quando abre a plataforma há um prazo muito curto para metermos os dados e para eles concorrerem. Não havia possibilidades de estar a convocar uma assembleia extraordinária. Além disso como decorre da lei e há normativos específicos do Ministério da Educação para esses concursos que concorrem na plataforma, em reunião de câmara lançamos o concurso. Aqui, até por uma questão dos senhores membros da Assembleia terem conhecimento, pede-se a ratificação desse concurso que já decorreu, porque o início do ano já decorreu e os professores das AEC”S já estão a trabalhar. É uma questão de ratificar o ato que o executivo já tomou ou já praticou”. -----

----- Não tendo havido mais intervenções / pedidos de esclarecimento, o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta o mesmo ponto foi aprovado por unanimidade. -----

----- Ponto Dois Ponto Onze) – Outros assuntos de interesse para o Município. -----

----- Usou da palavra o senhor membro Aníbal do Rosário. Disse:” Relativa-

mente a este assunto que eu vou falar tinha eu tomado nota, que o Jorge já falou nisso há bocado, que é a limpeza dos caminhos rurais. Os caminhos rurais, o nosso concelho está até muito bem servido de caminhos rurais, mas acontece que com as enxurradas, de vez em quando, há aluimentos de terras e pedras e tornam-se intransitáveis. Já tive ocasião de passar nalguns e tive dificuldade apesar de quando estavam limpos passava-se lindamente. Era bom que os senhores presidentes de junta em colaboração com a câmara municipal e os técnicos vissem isso e de vez em quando só uma passagem, praticamente é só andar uma máquina de rastos ou o caterpillar ou uma retro. É bom que se façam essas limpezas.” -----

----- Usou da palavra o senhor membro Manuel Oliveira. Disse:” Também era para falar no sentido dos fogos florestais, e disse aqui o nosso Presidente que hoje o essencial são os meios aéreos. Portanto acho que é a arma número um contra os incêndios. O nosso concelho o que mais se deteta é a falta de abastecimento de água para esses meios aéreos, nomeadamente para a parte de Carção, e Argozelo, é muito complicado, não há mesmo praticamente onde encher um helicóptero. É uma das grandes carências, a ver se conseguem fazer mais algum esforço a nível de fundos comunitários, nós sabemos que isto é muito difícil, os do ambiente fazem entraves a tudo, mas fazer um bocadinho de esforço nesse sentido é uma das maiores faltas que o nosso concelho tem. E lançar também aqui um repto ao pessoal para ir apoiar o Argozelo na eliminatória da taça que é no Domingo com Alcains aqui no estádio municipal de Vimioso, há dinamismo económico porque traz pessoal e, todos nós devemos ir apoiar”. -----

----- Usou da palavra o senhor membro Jorge Fernandes. Disse:” Estamos no ponto em que estamos, é só para dar aqui uma achegazinha neste tema, o senhor Presidente da Câmara já falou e bem, que é relativamente às aptidões que o concelho tem em termos agrícolas para determinadas práticas e para determinadas culturas. O senhor Presidente falou e bem do amendoal, o concelho na realidade tem grandes potencialidades para este tipo de cultura em determinadas zonas, toda a orla do Maçãs, de Vimioso para baixo, a orla da zona de Pinelo em direção a Carção, Santulhão, Matela, Campo de Víboras e Algozo. São terrenos com xisto com grande capacidade para o desenvolvimento da cultura do amendoal, que pode ser implementado e deve ser implemen-

tado naqueles terrenos onde já se abandonou o cereal, e que as pessoas, algumas felizmente, não florestaram esses terrenos e que estão livres e disponíveis para isso. Só para dizer que nós aqui e isso é sabido de nós e do senhor Presidente e esta é a nossa luta, há determinadas áreas que têm grandes potencialidades e essa também é uma delas, um recurso que não está aproveitado, aqueles proprietários rurais que têm também este cultivo sabem que este cultivo traz receitas. A amendoeira é uma cultura que nós plantamos, felizmente, presentemente, não há grandes quebras para termos que fazer grandes reposições grandes retanchas e é uma planta que entra rapidamente em produção que, basicamente, os custos da cultura é a mão de obra na apanha do fruto (será o custo maior). Só a título de exemplo porque em Mogadouro há determinadas aldeias Valverde, Meirinhos por aí fora, que se vocês forem por essas aldeias no último quadro comunitário de apoio plantaram-se hectares e hectares de amendoal. Porquê? Porque existe escoamento, a produtividade da planta é bastante boa e em termos de hectare é uma boa receita e depois estão também implícitas as ajudas ao rendimento das compensatórias e outras medidas se as pessoas entenderem candidatar-se a isso. Claro que isto só se faz se houver vontade dos proprietários, dos agricultores investirem nesta área, isto parte da vontade das pessoas e do esclarecimento e da motivação das pessoas e depois para isso cá estarão o Centro de Gestão e as entidades associativas do concelho para lhe dar todo esse apoio. Mas o que é certo é que realmente é um recurso que está pouco explorado no concelho. É a filosofia do Presidente da Câmara apostar na atividade económica no concelho nomeadamente na agricultura". -----

----- Usou da palavra a senhora membro Maria Merênciã Machado. Disse: " Eu há dias ouvi na televisão uma reportagem que falava que, em reunião da CIM foi estabelecido criar uma rede de turismo local nos edifícios low cost. Nos edifícios de plano centenário sobretudo centenário nas antigas escolas primárias, eram os chamados edifícios de plano centenário, eu perguntava se Vimioso aderiu, se está a pensar fazer alguma coisa neste sentido. E acrescento que foi pena o edifício de cá ter sido descaracterizado. Em tempos eu pedi insistentemente uma rede para o muro da escola porque tinha muito receio aos acidentes devido à inclinação daquele recreio escolar. E na altura os engenheiros da câmara diziam-me, temos que resolver o problema de outra maneira mas não

podemos pôr redes de forma nenhuma porque vamos descaracterizar o edifício, e depois afinal o edifício descaracterizou-se completamente. Será que é possível voltar, isso é que teria interesse, eu lembro por exemplo o de Caçarelhos é mais bonito tem umas entradas, tem uns portais muito bonitos, foi ali que eu comecei e é de facto o mais bonito”. -----

----- Para responder usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:” Responder às intervenções que foram feitas pelo senhor membro Aníbal do Rosário. Não é crítica, mas eu quero dizer uma coisa, não podemos dizer que a junta e a câmara, eu estou a saber disto pela primeira vez, o senhor é membro municipal donde pode e deve comunicar imediatamente. O que tem acontecido este ano, no Inverno houve muitas chuvas e porque a nossa máquina está num local é difícil levá-la para outro, às vezes alugamos máquinas locais para irem lá ou até a junta de freguesia. Agora, têm que também nos dizer, não só o senhor membro mas toda a população. Agradeço que nos digam. Quando nos dizem que há um caminho que está intransitável não há nenhum presidente de junta nem nenhum presidente da câmara que não queira logo resolver o problema se tem a ver com a circulação. Relativamente ao senhor membro Manuel Oliveira, faço votos que o Argozelo ganhe, será um orgulho para todos que é a primeira vez que uma equipa do concelho participa numa eliminatória da taça de Portugal. Ainda bem que o sorteio ditou que fosse em Vimioso, acho que é bom e de certeza que no domingo o estádio municipal será pequeno para tanta gente. Diria que é um dia histórico em termos desportivos para o concelho, é a primeira eliminatória da taça de Portugal. Quando o Argozelo nos disse, se nós tivermos que ir jogar fora se tivermos que começar a treinar um mês antes, terão que nos dar mais um apoio, é claro que damos, tínhamos que dar, mais uma despesa para a câmara mas tínhamos que dar. Relativamente à questão dos fogos florestais, temos tido esta preocupação em termos de proteção civil e há aqui uma estreita colaboração com os bombeiros, e neste caso em particular com o comandante dos bombeiros. Ainda ontem lhe liguei por causa de uma situação. Têm sido prontos e rápidos a atender estas solicitações. A questão dos pontos de água, nessa zona não é muito difícil, porque eles podem ir ao Sabor, como foram, e podem ir à ETA do Maçãs que não é tão longe para o helicóptero. Há outros locais bem piores e como sabe os aviões tiveram que ir ao Azibo, porque aqui é impossível os aviões abastece-

rem-se. Essa é uma preocupação nossa, estamos agora a tratar do licenciamento da charca que começamos a fazer em Avelanoso por causa dos problemas que trouxe. Queremos fazer uma charca em Algosó, ainda não houve disponibilidade. Vamos tentar fazer outros pontos de água mas há sempre o problema legal. Vamos tentando, no anterior mandato com o senhor Presidente da Câmara fizeram-se algumas charcas e todas elas já serviram para os incêndios. Portanto vamos tentando fazer o que é possível. Já me pediram também, penso que é em Vale de Pena porque tem uma grande zona florestal, ainda há dias reuni com a junta de freguesia e diziam que era preciso, só que há aqui umas negociações e portanto vamos ver como é que vamos fazer. Em S. Joanico voltaram a dizer-me que era preciso fazer mais uma charca que também é lá perto de uma linha de água. Digo claramente, a partir de hoje, não é a câmara que vai fazer as charcas são as juntas de freguesia, eu ponho lá as máquinas e vocês façam. Porque está um auto em Mirandela por causa da de Avelanoso, está um auto de contra-ordenação e depois quem as leva é o Presidente da Câmara! A ver se o presidente da junta empresta um bocadinho das costas se não vai ser complicado! Relativamente ao senhor membro Jorge Fernandes, de facto, nós temos incentivado as pessoas e, uma das minhas preocupações é sempre que aparece alguém que queira investir, apoiá-lo e acompanhá-lo. Nós estamos a fazer essa política social, que todos reconhecem, que é pública mas obviamente que temos de criar riqueza no concelho e temos de fixar cá as pessoas. Não é possível criar muitos postos de trabalho a nível do estado, seja câmara, seja as IPSS'S ou o que quer que seja, as pessoas têm que começar a dedicar-se àquilo que temos aqui, e o que temos aqui é terrenos e aptidões agrícolas. Infelizmente, sabemos que o nosso concelho, e o senhor membro Jorge Fernandes sabe disto que é da área, não é dos mais ricos em termos agrícolas, é um terreno pobre nós sabemos que é. Percebi a intenção do senhor membro Jorge Fernandes, os terrenos estão aí disponíveis, pois estão mas têm dono o problema é que têm dono e há donos que não vendem nem alugam nem o trabalham. Mas a lei também diz que temos direito à propriedade! O que é que vamos fazer, se calhar era necessário mudar essa lei para dizer: quem não os cultiva vai pagar de imposto tanto, ou então que os venda ao preço x. Devíamos fazer a transformação dos produtos. Não há transformação de produtos a não ser na questão do mel e da azeitona, mas não há produ-

to, ora não podemos transformar aquilo que não existe. Se nós tivéssemos aqui grandes quantidades de amêndoa em vez de se ir levar a Alfândega ou a Valpaços, e é para onde estão a levar em maior quantidade, onde estão a pagar melhor obviamente, se calhar havia aqui alguém que tivesse um centro de recolha desses produtos, se houvesse quantidade que justificasse. Da parte da câmara municipal, estamos sempre disponíveis, agora é evidente que não nos podemos substituir, já o fizemos quando fizemos o protocolo com a cooperativa de Sendim para plantar vinha para ver se entusiasma-vamos os outros. Agora a câmara vai comprar terrenos e terrenos para plantar, se calhar às vezes se houvesse facilidade nisso não era mau, criavam-se postos de trabalho e depois alguém havia de explorar essas culturas, o problema é a aquisição de terrenos e depois sempre que é a câmara a comprar querem esticar, e temos de ter algum cuidado. Quanto à questão levantada pela senhora membro Maria Merênciã Machado, as casas de turismo low cost, foi o senhor presidente da CIM que fez essas declarações. Estamos como sabem e foram convidados todos para discutir o plano de desenvolvimento integrado da Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes da qual fazemos parte. Uma das propostas que temos é esta é o chamado turismo low cost, isto é pessoas e designadamente jovens com menos capacidade financeira, mesmo que tenham pais que possam, mas têm sempre mais alguma dificuldade. A ideia é criar aqui uma oferta turística, low cost significa, isso mesmo, a preço baixo, o que significa que queremos recuperar património e fazer isso. Mas não está nada decidido é apenas uma ideia porque por exemplo já vieram outros colegas dizer que as casas florestais não são nossas, são do ICNF e eles dão-nas? Se calhar não dão, como não dão outras. As escolas primárias há algumas que já estão cedidas a associações de caça (a de Avelanoso, a de Junqueira está na associação de caça). Estamos ainda a elaborar o PEDI e vamos tentar fazer porque há muitas escolas noutras localidades, que hoje são centros de convívio para as pessoas, os convívios intergeracionais. Já agora e falando da escola e para que a gente veja as coisas com frontalidade, eu já falei isto com alguns presidentes de junta, há escolas que estão completamente abandonadas, e já o senhor Presidente da Assembleia, nas funções de Presidente da Câmara tinha lançado isto. A mim custa-me muito passar em aldeias e ver o património completamente destruído e depois há pessoas particulares que nos dizem assim:

se me vendessem a escola fazia lá uma casa. Gostava de ouvir a vossa sensibilidade para isto. Há determinadas escolas, não estou a falar da de Caçarelhos, mas por exemplo a escola de Angueira, há uma que é igual a de Matela que tem o amianto que tem aquilo tudo que é uma construção mais difícil. Se aparecesse alguém, o dinheiro que dessem transferia-o todo para a junta de freguesia daquela localidade. Eu gostava de ouvir a vossa sensibilidade sobre isto. Sei que a população vai dizer: vender a escola! Eu sei mas nós também não podemos ter medo das coisas. Gostava de ouvir a vossa sensibilidade e a vossa opinião sobre isto. Por exemplo, há escolas, mesmo algumas associações de caça não estão a cuidar das escolas têm-nas abandonadas e depois ainda tem que ir lá a câmara a substituir os vidros. É evidente que tinham de ser vendidas em hasta pública, desde que houvesse um interessado. A receita não é para a câmara, para mim as escolas são das localidades, por exemplo em Pinelo isso não se coloca porque hoje tem lá um salão e tem lá a sede da junta de freguesia, tem utilidade, eu estou a dizer aquelas que não têm utilidade porque é que não podem ser vendidas? Primeiro poupamos dinheiro porque não gastamos para conservá-las, segundo é mais alguém que tem ali casa e vai ter que vir cá nem que seja ao fim de semana ou nas férias mais alguém que vai pagar IML, por exemplo. Gostava de vos ouvir sobre isso". -----

-----Interveio o senhor membro Jorge Fernandes. Disse:" Relativamente à ideia ou possibilidade de venda das escolas primárias, sou contra, Considero que esses edifícios deveriam ser recuperados para outros fins, por exemplo turísticos, permanecendo no património da Câmara Municipal. As antigas escolas primárias fazem parte da memória de todos aqueles que as frequentaram. Sempre que passo junto à escola primária de Angueira, onde eu estudei, lembro-me dos quatro anos que ali passei, dos amigos, das brincadeiras e das aprendizagens. Foi a primeira escola, é a escola da nossa aldeia e, portanto, aquela de que tenho mais e melhores recordações. Repito que é possível esses edifícios serem utilizados para outros fins, sem os descaraterizar e ao serviço da população". -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia. Disse:" Eu no anterior mandato tentei de facto vender algumas dizendo o que disse o senhor Presidente da Câmara, a receita será para a junta de freguesia que tem a escola na aldeia. Porquê? Porque a experiência durante os doze anos chegou a essa

conclusão, uma das escolas que eu queria vender era a escola de Santulhão, começava por Santulhão, que era para não ser acusado de vender as outras. Nós, nessa escola gastamos bastante dinheiro, vêm os emigrantes, aquilo é um sítio que está sem ninguém, houve um ano até que lhe pregaram fogo à porta, os vidros todos os anos é preciso substituí-los. Eu, na qualidade de habitante daquela aldeia, um dia também disse, lá na aldeia, a melhor solução será vendermos e o dinheiro será revertido para fazer outra coisa. A escola lá ficava e as recordações lá estão. A ideia que tem o senhor Presidente de Câmara é a conclusão de doze anos que eu estive aqui na gestão. Acho que é a melhor, é isso que vos peço, agora as pessoas na aldeia é que sabem, é preciso ter alguma sensibilidade com as pessoas da aldeia. Na altura quando pus à votação logo dois amigos meus disseram não! Queremos lá fazer um museu, então fizemos o museu só que até hoje ainda não há lá nada". -----

----- Usou da palavra o senhor membro Carlos Fernandes. Disse:" A minha opinião é que se venda, se venda porquê? Por várias razões que aqui já falaram, mas desde que se mantenha a traça original, isso é fundamental. Agora por dentro podem fazer o que melhor entenderem, façam uma sala ou duas ou três mas aquilo fica melhor assim, por fora fica tudo igual. Agora é preciso ter algum cuidado com as populações, penso que por exemplo em Argozelo se fossem para lá dizer que vendiam a escola não sei o que seria. A escola de Argozelo até é bastante grande é um bocado diferente das outras, eu até quando olho para aquilo vejo aquilo até como um lar ou uma instituição de apoio social, mas aquela traça exterior é fantástica faz-nos lembrar a infância é por aí que deveria ficar. Agora, é preciso ter cuidado com as populações locais, já não digo fazer um referendo mas pelo menos, se calhar até ficava bem que hoje em dia o referendo está na moda. Mas acho que era bom, tenho visto alguns casos para os lados da terra quente que funcionaram muito bem. Venderam e houve pessoas, lá de baixo, que compraram e recuperaram e as coisas estão a funcionar bem, pelo menos ao fim de semana elas estão habitáveis". -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:" A ideia do Jorge Fernandes não é má eu percebo isso, só que, depois, quem é que paga a luz dessa casa? Quem é que paga a manutenção dessa casa? Quem é que depois limpa a casa, depois de lá estarem as pessoas? Olhe as juntas de fre-

guesia não querem nada com isso! É a câmara? Ainda vai ficar mais caro! Sabia de antemão que havia posições contrárias, agora o que o Jorge está a agarrar-se é a razões emotivas sentimentais, claramente. A vida é feita de emoções e sentimentos mas não chega, se não qualquer dia digo assim: as juntas de freguesia que tratem da escola, eu não volto lá a mudar vidros! Se fizermos como fizemos em Pinelo que tem uma utilidade diária é diferente. Agora, se não tem, temos ali custos, porque se for do particular é ele que tem os custos não somos nós. E concordo, na medida do possível, sim senhor, vendemos isto mas tem que manter a traça, fundamentalmente daquelas mais antigas que é o caso da de Caçarelhos, até a de Vimioso eu não sei, quer dizer, em Vimioso estarem ali duas vivendas, repugna alguém, se aquilo não tiver utilidade nenhuma? É melhor estar fechado ou estarem ali duas vivendas, não sei! As casas dos magistrados, se a câmara não tem pegado nelas, está lá a associação comercial está lá o Dr. Godinho estão lá outras associações, como é que estavam hoje as casas dos magistrados? Mas então não se vendeu a caseta de Vale de Frades? Não se vendeu a de Avelanoso? Eram do estado, venderam-se, e hoje em Vale de Frades está recuperada, bem bonita, é utilizada, as pessoas são obrigadas a vir cá quanto mais não seja para ver como é que está, a de Avelanoso sei que durante muito tempo o proprietário que não era de cá era exterior ao concelho também vinha cá. A mim, sinceramente, custa-me, depois, o investimento que se vai fazer para essas adaptações é avultadíssimo. A questão que nós discutimos na CIM foi essa, recuperar as casas e pô-las lá com uma cama ou duas, tudo bem. Nós recuperamos o jardim-de-infância de Santulhão mas hoje está a ser utilizado pelo lar, recuperamo-lo mas tem uma utilidade prática. Que utilidade damos a outras escolas, a maior parte delas sabemos como é que estão, eu sei que há este sentimentalismo, também fui aluno na de Algosó durante quatro anos, também brinquei ali muito corri e esfolei os joelhos, fizemos todos isto. Mas a realidade mudou, o José Manuel andou em duas, andou na de cima não sei se chegou a andar nessa, hoje é a junta de freguesia e ali era a escola, as recordações dele vão ser sempre aquelas. Apelava aos membros da Assembleia e principalmente aos presidentes de junta, para encontrarmos uma forma de este património não ir por água abaixo”.

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia. Disse:” Eu acho que

temos de pensar todos, olhar para as coisas como sendo nossas. Se fossem nossas o que nós faríamos? Deixaríamos uma casa daquela toda a vida abandonada e não fazíamos nada dela? Quando uma pessoa está no serviço público, como estamos todos neste momento, pensar de facto que aquilo é nosso, se fosse meu continuaria com aquilo ali sabendo que há gente a precisar de casas, e não vou vender para fazer uma casa, não vou ceder para fazer uma casa. Por exemplo aqueles que as venderam, foi gente que efetivamente veio para os concelhos que é o que diz o Carlos, na terra quente. Entendo que não podemos continuar a injetar dinheiro nessas escolas a pôr vidros a pôr portas, entregamo-las a alguém, algumas foram cedidas às associações de caça que alguns tratam bem delas, outros não se importam, é da câmara a câmara que venha cá a tratar e, isso é que é mau, essa é a minha opinião". -----

----- Usou da palavra o senhor membro José Granado. Disse": Daquilo que foi dado a perceber, a CIM deliberou não foi só para as escolas também foi para as casas florestais. Penso que nós aqui na Assembleia, e depois de ouvir o senhor Presidente, que os senhores presidentes de junta também têm o seu bocadinho de responsabilidade, e então, a minha sugestão seria esta: o presidente de junta e assembleia de freguesia é que deviam tomar uma decisão sobre esse assunto". -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da câmara. Disse:" Acho que todos temos de discutir. Há escolas às quais foi dada uma utilidade, por exemplo Junqueira, Avelanoso, Pinelo etc. Mas, aquelas onde não se está a fazer nada ou não se pensa fazer nada, temos que encontrar uma solução porque eu acho que é dinheiro completamente deitado fora, eu acho que não pode continuar assim. Agora, faz sentido que uma associativa tenha a água de graça e seja a câmara a pagar-lhe o contador da luz? Faz sentido isto? Bem, eu sei que se atiram todos a mim, mas quer dizer, o que pagam de luz é uma caixita de cartuchos, por todos não custa nada, se formos todos a colaborar a coisa resolve-se melhor, se for só um a coisa custa muito! Temos de ser responsabilizados todos nós, e as associações querem o edifício, têm que o manter porque há edifícios que estão com algumas associações e estão como estão. Por exemplo a escola de Vila Chã está entregue à associação Aldeia, já fizeram lá inúmeras atividades, mas apareceu uma associação que se compromete e eu aí até lhe pago a luz porque eu sei que eles trazem cá gente no sentido de dina-

mização. Na de Uva um trabalho espetacular, está lá o centro interpretativo dos pombais. Ainda há pouco tempo foi feita uma atividade recenseamento cem por cento em que estiveram cá professores de Lisboa, de Coimbra, de Bragança, cerca de cinquenta a sessenta pessoas, uma atividade que correu extraordinariamente bem e adaptamos a escola para o que eles queriam. Fica aqui o debate pelo menos já começou”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia. Disse:” Também entendo que as juntas de freguesia, quanto à questão das escolas, que devem ser cedidas, mas entendo que a água e a luz as associações devem pagar.” ----

----- Usou da palavra o senhor membro Serafim João. Disse:” O debate foi lançado, se calhar, aproveitávamos para uma próxima sessão da Assembleia discutir o assunto próprio, autorizar a câmara a fazer essa venda porque eu vejo o caso por exemplo de Carção. Em Carção investiram-se trinta e tal mil contos para recuperar a casa do povo, estão lá concentrados todos os serviços que dizem respeito a juntas, associações etc. Gastaram-se cerca (não tenho bem a certeza) de doze a quinze mil contos para o museu do Marranismo que podia ter sido canalizado para outro local. Temos por exemplo o edifício onde foi instalada a junta de freguesia que está deserta, já dois ou três anos que não vai lá ninguém está a infiltrar água, temos a antiga escola podia ser um edifício onde se podia criar lá o museu do ciclo do pão, mas não há dinheiro para isso. Se calhar a melhor solução será mesmo vender e depois as recordações temos que as manter se calhar em livro ou em CD que é a melhor forma de preservarmos o passado preparando o futuro e pensar também nas novas dinâmicas”, -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia. Disse:” Foi um bom debate, eu quando tentei vender na minha aldeia a escola foi porque alguém foi ter comigo a dizer que dava tanto por ela. Eu disse: amanhã abro o concurso já de imediato e vou já vendê-la se aparecer alguém que dê mais o senhor fica sem ela mas se não este dinheiro já é garantido. Eu só vou abrir o concurso se houver alguém interessado porque se não, não vou gastar dinheiro nem anúncios nem nada disso. Relativamente a isto acho que se pode continuar a falar e os presidentes de junta até devem falar na aldeia, refletir com as pessoas, porque é aquilo que eu digo nós também não podemos fazer nada contra as populações e temos que tentar mentalizá-las, é nossa obrigação também”. -----

----- **Ponto Três) – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA.** -----

----- Não houve intervenções. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas treze horas da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

O 1º Secretário da Assembleia Municipal

O 2º Secretário da Assembleia Municipal
